

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
Centro de Estudos Africanos

PODER POPULAR E DESAGREGAÇÃO
NAS ALDEIAS COMUNAIS
DO PLANALTO DE MUEDA

Oficina de História

Maputo, 1986

SUMARIO

Introdução

CAPITULO I: NGAPA, UMA LOCALIDADE REMOTA

A Situação Política na Localidade Administrativa de Ngapa	1
A Situação Administrativa	1
A Produção Colectiva	2
A Actuação do Partido	3
Como se manifestam os Problemas Actuais	4
Do Posto Administrativo de Mocimboa do Ruvuma à Localidade de Ngapa	6
O Estabelecimento do Poder Colonial	
Sobre a Tipologia das Populações durante a Luta Armada	7
A Vida nos Aldeamentos	7
A Ruptura com o Inimigo	8
A Situação nas Zonas Libertadas de Ngapa em 1974	11
A Chegada dos Regressados	11
A Formação Administrativa da Aldeia Ngapa	12
A Criação de Conselho Executivo da Aldeia	13
O Funcionamento do Partido Frelimo	14
Ngapa: uma Localidade Remota	17

CAPITULO II: DA INSTABILIDADE A DESAGREGAÇÃO DA ALDEIA COMUNAL

Chitope	21
Nambungale	24
Muimbua	29
Desenvolvimento da Situação	33

CAPITULO III: PODER POPULAR EM NANDIMBA: UM PROBLEMA DE TERRA, ABASTECIMENTO E DESAGREGAÇÃO

Introdução	35
O Sistema Colonial: Posse de Terra, Likola e Administração Estatal Local	36
A Luta Armada de Libertação Nacional e a Formação da Aldeia Comunal de Nandimba	37
Estruturas Políticas e Estatais: Criação e Desenvolvimento	40
Os Primeiros Anos: A Reestruturação Política e Administrativa das Zonas Libertadas	40
A Estruturação do Partido ao Nível de Nandimba	41
A Assembleia do Povo e o Conselho Executivo	41
A Composição e Métodos de Trabalho dos Órgãos da Aldeia	42
Outros Órgãos da Aldeia	44
A Organização da Produção e Abastecimento	44
O Acesso à Terra e os seus Efeitos Sociais	44
A Luta pelo Controlo do Abastecimento	46
Lutar pelo Poder Popular	50
A Base Económica de Produção: a Terra	50
Poder e Controlo de Consumo	52
Um Ressurgimento de Poder Tradicional	52

Luta Aberta: o Caso de Nambavala	53
Raízes no Tempo Colonial e no Tempo de Guerra	53
A Contradição e a Organização da Aldeia de Nandimba	54
Os Acontecimentos Posteriores à Desagregação	55
A Questão da Terra	56
A Questão de Likola	57
Observações sobre Nambavala	57
Evolução da Situação em 1984	59

CONCLUSÃO	60
-----------	----

- qualidades dum dirigente popular:

"Costumamos dizer duma maneira vulgar, que aquele que tem bife na boca não pode falar. Por outras palavras, um responsável que é indisciplinado, por muito que fale de disciplina, só explicará na realidade a indisciplina e com a sua indisciplina vai fomentar liberalismo e anarquia... Um responsável que recuse ter calos nas mãos poderá fazer centenas de reuniões sobre a produção, mas isso não levará ninguém a produzir e não organizará uma só cooperativa..."

[...]

"Um incompetente não está em condições de dirigir e organizar. Para manter a sua posição imporá decisões, e como estas terão que ser erradas, ele impedirá a discussão e a crítica. Ao mesmo tempo ele oprimirá todos aqueles em quem sente qualidades superiores, porque conhecendo apenas a sua ambição, ignorando as necessidades do conjunto, ele vê na competência dos outros "concorrência". Quanto mais competente é um elemento, mais vontade de aprender dos outros ele tem, melhor reconhecerá as suas limitações e lutará contra eles. Por isso fomentará sempre um espírito colectivo, a discussão estimulará a iniciativa dos seus subordinados e combaterá o burocratismo que dificulta e trava o progresso."

- necessidade de analisar e estudar as transformações:

"Perguntamos, porque é que os quadros veteranos da luta, que construíram com numerosos sacrifícios aquilo que somos hoje, se deixam, como dizem, ultrapassar? Temos primeiramente como causa desta situação, o espírito de vitória. As grandes vitórias que alcançamos, tanto no campo da luta armada como no da liquidação das forças reaccionárias e na destruição das infiltrações inimigas no nosso seio, ou ainda na reconstrução nacional, levam certos camaradas a só verem vitórias contínuas, a desprezarem tacticamente o inimigo, a considerarem sempre a situação como "normal", "boa", e nunca tiram lições dos reveses, não estudam como combater as nossas limitações. Por isso deixam de estudar a nossa linha, acham que já conhecem o suficiente e aí estão as vitórias a prová-lo. O resultado é o abandono da análise política, a nossa consciência torna-se insensível aos desvios e agressões contra a linha e assim não conseguimos detectar e destruir no ovo as infiltrações ideológicas, morais e físicas do inimigo."

Embora noção bastante vulgar no falar do dia a dia o poder popular revela, como conceito, pouca concordância quer no seu entendimento, quer na sua prática. No entanto, no decurso da investigação apareceram certos padrões de compreensão do que é ou deve ser o poder popular. Os aspectos mais reveladores foram os seguintes:

1. a implementação do poder popular depende dum conjunto de factores que fazem com que qualquer generalização corre o risco de viciar uma compreensão correcta;

2. existe pelo menos duas grandes interpretações do que é ou deve ser o poder popular: as interpretações que vem das estruturas estatais e partidárias e as interpretações que vem dos habitantes das aldeias comunais estudadas no âmbito deste trabalho;

3. as duas interpretações inspiram-se de fontes diferentes, embora que à superfície haja aparentemente uma fonte comum, i.e. as experiências da construção das Zonas Libertadas.

Essas divergências significam que o poder popular continua a ser ao mesmo tempo uma conquista e um objecto de lutas que resultarão na sua consolidação ou no seu enfraquecimento.

O facto de se ter conseguido fazer funcionar o poder popular nas antigas Zonas Libertadas não podia de maneira nenhuma significar que a continuação do poder popular ia automaticamente ser assegurada.

Na medida do possível o texto tenta dar a palavra a essas várias interpretações com o resultado infeliz de aparecer não só várias interpretações, mas também várias problemáticas.

No processo da investigação verificou-se também que uma correcta problematização da questão do poder popular passava necessariamente por uma análise problematizada da sociedade Moçambicana. Isto significava, entre outros aspectos, não considerar o Estado ou o Partido como estruturas inerentemente vocacionadas para implementar ("impor"?) o poder popular. Significava, portanto analisar as posições veiculadas por estruturas como posições de pessoas fazendo parte duma sociedade caracterizada por conflitos de classes.

Ora, um dos erros mais comuns na análise da sociedade Moçambicana tem sido de evitar problematizar o relacionamento entre as posições de função dentro do Aparelho do Estado e as posições de classe dos indivíduos que desempenham essas funções. Uma das razões deste erro veio do facto que o Partido e o Estado, tendo assumido o papel motor no processo de construção do socialismo, não sentiu-se a necessidade de questionar se, efectivamente, essas estruturas estão a desempenhar a tarefa que lhe cabe. Daí a ambiguidade e uma problematização errada que, às vezes, aparece no texto em que o poder popular é visto como uma mera medida administrativa. Assim a não implementação do poder popular não é analisada em termos de relações, mas em termos de medidas.

A maior parte do trabalho de investigação foi concluída em Outubro de 1983. No decurso de outros trabalhos feitos nas Zonas Libertadas do Distrito de Mueda em 1984, foram recolhidos mais outros dados. Participaram neste trabalho de pesquisa e de redacção Aquino de Bragança, Bertil Egero, Yusuf Adam, Gary Littlejohn, Lars Rudebeck, e Jacques Depelchin

A responsabilidade final pelo relatório cabe a Aquino de Bragança, Director do Centro de Estudos Africanos.

Maputo, Dezembro de 1985.

Introdução

O trabalho que segue constitui uma tentativa de analisar a situação corrente na área das antigas Zonas Libertadas em relação a construção do poder popular. Antes mesmo de iniciar o trabalho enfrentamos um problema central que era de como problematizar a existência ou não do poder popular. Foi possível resolver este problema a partir duma dupla referência:

- 1- Estabelecer o poder popular para servir as massas, texto publicado pela Coleção "Estudos e Orientações" (Novembro de 1971);
- 2- As experiências vividas pelos habitantes do planalto de Mueda durante a luta Armada.

A brochura Estabelecer o poder popular para servir as massas foi um dos produtos da ofensiva de organização que o Presidente Samora Machel fez em Novembro de 1971, num dos centros educacionais da FRELIMO. No texto que segue não há referências pontuais a esta intervenção feita em 1971, mas os leitores poderão constatar que a maneira de falar dos habitantes do Planalto de Mueda revela uma comunidade de pensamento sobre aquilo que devia ser o poder popular.

Entre os pontos mais importantes deste texto chave da FRELIMO destacam-se os seguintes:

- combater as heranças do inimigo:

"[Mas] ao construirmos o nosso Poder, ao exercê-lo, trazemos em nós, nas ideias, nos hábitos e nos costumes, todas as deformações criadas pelo Poder antigo. Por isso continuamente temos que rectificar os nossos métodos de trabalho, introduzir o bistori da crítica e da autocrítica, para amputar a herança enorme, pesada e negativa que nos transmite a sociedade antiga."

- necessidade de discussões abertas e colectivas;

"de acontecer por vezes que no decurso da discussão um companheiro ou se exprime mal, ou mesmo expõe uma ideia errada. A nossa tendência pode ser então a de o mandar calar, na base da nossa autoridade. O resultado é negativo; primeiro porque esse orador sentir-se-á incompreendido e persistirá na sua ideia errada indo até murmurar fora da reunião. Segundo, e mais importante ainda, para se combater uma ideia errada é necessário que todos, ou a larga maioria, compreendam como e porque a ideia é errada."

- necessidade da crítica e autocrítica;

"Utilizar com frequência a crítica e autocrítica, tanto para rectificar os métodos de trabalho, como para corrigir os erros e desvios individuais. Mas não fazer da crítica e autocrítica uma rotina religiosa, uma espécie de confessionalário em que dizemos os pecados, somos absolvidos, recebemos uma penitência e preparámo-nos para repetir as mesmas situações."

CAPITULO I: NGAPA: UMA LOCALIDADE REMOTA

A Situação Política na Localidade Administrativa de Ngapa

A Situação Administrativa

Ngapa, situada junto à fronteira Moçambique-Tanzania (antigamente Mocimboa do Rovuma) reestabelecida como entidade administrativa em 1977, é a sede de um distrito que tinha o mesmo nome durante a Luta Armada de Libertação Nacional. Treze aldeias com um pouco mais que 23.000 habitantes estão sob a jurisdição do administrador desta localidade, por sua vez dependente do Administrador do Distrito de Mueda. Para além da estrutura administrativa, funciona ao mesmo nível um comité da localidade do Partido Frelimo, cujo primeiro secretário é o próprio administrador. Fazem parte do comité do Partido mais sete elementos, entre funcionários e militantes. Em Novembro de 1983, as aldeias eram as seguintes:

Quadro I

Nome de Aldeia : População		Nome de Aldeia : População	
! Namatil	6460	! Chilindi	3155
! Nachitenge	2241	! Lunango	1994
! Ngapa	1908	! Nanhamba	1054
! Matio	1022	! Mitama	925
! Macangolo	920	! Micomela	908
! Magogo	702	! Chipingo	518
! Nonge	1337	!	!

Estas aldeias tem principalmente três tipos de origem: algumas surgiram devido à concentração da população, que durante a Luta Armada viveu organizada nas antigas zonas libertadas; outras são resultado de aldeamentos coloniais; e outras ainda foram estabelecidas para a fixação de regressados. Se bem que não haja uma homogeneidade nos processos de formação delas, há problemas e contradições que são comuns a todas. As contradições principais aparecem cristalizadas nas seguintes desagregações das aldeias comunaes:

Quadro II

Nome do Aglomerado	Formação
Nalida	situada perto do Rio Rovuma e formada por gente saída de Ngapa, Chilindi, Nachitenge e Namatil.
Maimba	formada por gente saída da aldeia Mitama
Maguiguana	formada por gente saída da aldeia Lunango
Muimbua	formada por gente saída de Ngapa sede
Chitope	formada por gente saída de Ngapa sede
Nabungale	formada por gente saída de Ngapa sede
Nkalanga	formada por gente saída de Ngapa sede

A Produção Colectiva

A crise da desagregação é agravada pelo não funcionamento da administração na localidade, que esteve mais de um ano e meio sem administrador. Segundo o primeiro administrador nomeado no pós-Independência, que ocupou o cargo de 1977 a 1981, o trabalho de mobilização política era frutuoso no seu tempo; conseguia "convencer as pessoas" a executar as tarefas, e a viver também no interior das aldeias. O trabalho político estava facilitado porque "na altura não faltava abastecimento."

No entanto, sabemos que falhou o desenvolvimento das formas de produção colectiva, como pode ser verificado pelos fracos resultados alcançados nas machambas colectivas e nas cooperativas. Nunca foi explicado aos sócios pela parte de estruturas da aldeia comunal, a utilização do dinheiro. Existia também uma falta generalizada de cumprimento das promessas feitas, sobretudo de que como resultado dessas machambas se poderiam conseguir certos meios para benefício colectivo: moinho, hospital, bem como a prioridade no abastecimento para os cooperativistas agrícolas. Os aldeões consideravam assim o rendimento da machamba colectiva como um imposto, e pensavam que o dinheiro era para benefício pessoal dos dirigentes, o que não era, em muitos casos, uma suspeita sem fundamento.

A constatação do primeiro administrador de Ngapa relacionava a facilidade de mobilização com a existência de abastecimento; compreendendo assim a ligação entre o trabalho político e a resolução de problemas concretos. Mas ilustra também uma redução administrativa da mobilização política, a simplesmente chamar pessoas para uma reunião, sem tomar em conta o conteúdo das discussões nem a relação entre os temas e a vida do povo. O

povo está considerado mobilizado se cumpre as ordens que recebe. Assim, segundo a concepção, um outro funcionário afirmou que "o nosso princípio é fazer trabalho político para sensibilizar"; o trabalho político é compreendido com uma mera divulgação das palavras de ordem. O que não está considerado nesta reflexão é a questão do método utilizado para convencer as pessoas: é necessário analisar o conteúdo das tarefas e saber quem é que tinha que executá-las.

A Actuação do Partido

Dois quadros do Partido, originários de Mueda e desmobilizados das FPLM, que continuava a pagar os seus salários, chegaram a Ngapa em Setembro de 1983, para desempenhar as tarefas de Secretário para a Política Económica e Secretário do Departamento de Organização do Comité da Localidade. Até Novembro de 1983 os novos responsáveis tinham começado por fazer um levantamento dos problemas e a iniciar um trabalho de mobilização.

Existiam na localidade sete células do Partido: na aldeia Ngapa, com 30 membros, e nas aldeias de Chilindi, Mitama, Nachitenge, Namatil, Nanhamba, e Nonge. As cinco células de Chilindi, Mitama, Nachitenge, Nanhamba e Nonge têm um total de 370 membros.

Em 1983, as células do Partido atravessavam uma crise paralela à crise do aparelho de estado, e estavam também paralizadas. Esta situação foi considerada pelos responsáveis como resultado da "falta de apoio das estruturas superiores." Por sua parte, estas costumavam atribuir as dificuldades ao "não funcionamento das estruturas de base."

Na opinião dos responsáveis, a resolução dos problemas da população passa por uma revitalização do Partido:

"Quando o Partido é fraco e não funciona, não há resolução de problemas. E no Partido que se incentivam as outras estruturas a resolver os problemas."

Segundo este ponto de vista, os problemas principais nas aldeias eram os seguintes:

! A falta de direcção sólida;

! A indisciplina de alguns funcionários (colocados na localidade na sequência de processos disciplinares), que não se integravam na vida local, mas ficavam à espera de transferência;

! A fraqueza na acção política da Frelimo: a população segue mais as orientações e práticas políticas da Tanzânia do que Moçambique;

! As saídas e entradas ilegais de Moçambique para a Tanzânia;

! A falta de roupa;

! O abandono das aldeias pelos seus residentes para os locais em que preferem viver;

! A permanência da população nas machambas, ostensivamente por causa dos elefantes, não só na época agrícola, mas também depois da colheita, para evitar a destruição dos celeiros;

! A esterilidade dos solos, que obrigava os camponeses a procurar terras para cultivo fora das aldeias. As terras propícias para a agricultura ocorriam em bolsas espalhadas por toda a região, sobretudo nas proximidades dos cursos de água.

Esta lista de reclamações se divide em três grupos principais, estreitamente interligados:

! Mau funcionamento das estruturas políticas, ou do Partido ou do Estado;

! Não resolução dos problemas básicos da população, tais como abastecimento, saúde, transporte, educação;

! Nível baixo de desenvolvimento das relações sociais de produção, tanto no sector familiar, como no colectivo, por várias razões: o meio-ambiente, técnicas agrícolas, e relações de classe.

Como se manifestam os problemas actuais

Uma boa parte destes problemas são estruturais e todos estão intimamente ligados. A produção colectiva não está sómente ligada à mobilização política, mas também à história da região. Na maioria dos casos, a população concentra-se num espaço habitacional mais restrito do que era ocupado anteriormente, enquanto que a produção continua a ser feita na área geográfica ampla, antigamente utilizada. Também as relações de produção beneficiam os que detém os meios de produção ou o poder político.

Foram estes beneficiários, os dirigentes políticos e estatais --as "estruturas"-- que determinaram a forma do estabelecimento do "poder popular." O Partido e o Estado, foram ambos incapazes ao nível local de instaurar métodos de trabalho com base numa ligação com as massas. A prática dos quadros favorecem a simples reprodução da situação encontrada. Assim, as relações sociais e políticas predominantes colocaram os camponeses como simples receptores de orientações, pessoas que têm que cumprir ordens.

Os responsáveis do Partido compreendiam a questão das desagregações de uma maneira bastante esquemática. Referiam-se só às dificuldades da produção agrícola, que levam as pessoas a fugir para outros locais. É certo que a solução que se propõe para resolver os problemas da desagregação mostra paradoxalmente que não compreenderam o problema.

Paradoxalmente, porque foi aceite, por exemplo, a proposta das estruturas administrativas para formar uma só cooperativa englobando as três aldeias de Chitope, Nambungale, e Muĩmbua; mas esta proposta não tomou em conta os problemas concretos enfrentados pelas cooperativas agrícolas no distrito de Mueda, e especialmente em Ngapa. Uma tal concentração criará uma cooperativa bem grande e dispersa, sem, por um lado, capacidade para

controlar a força de trabalho, nem, por outro, de dispor terras suficientes para trabalhar. A solução ignorou os problemas básicos da aldeia.

A Lei das Cooperativas não foi efectivamente explicada nem compreendida. Tentou-se aplicar mecânicamente a orientação de que deveria existir uma cooperativa polivalente em cada aldeia. Mas faltou essencialmente porque os responsáveis estudaram as orientações e decidiram só entre eles. O único envolvimento da população na solução deste problema foi quando se tratava de receber orçens e "orientações" para aplicar as decisões.

Portanto não é de admirar, que perante esta marginalização vários grupos de habitantes na aldeia tinham decidido recorrer a formas de organização que lhes são familiares. Chamaram a si a tarefa de organizar o seu próprio quotidiano. Veremos as raízes históricas destas relações socio-económicas que agora surgem de novo, formas de organização que não se pode analisar somente em termos de "etnia" ou de "tribo", mas que devem ser compreendidas em termos de uma luta de classe numa nova fase.

Nesta luta de classe é preciso definir quais são as forças, quais as bases sociais, quais os objectos de luta. A nível das aparências as lutas são entre, por um lado, o Estado ou o Partido e, por outro lado, os habitantes das aldeias comunais - em volta de clãs ou grupos étnicos.

No entanto, o facto dessas lutas se manifestarem através de divisões pre-existentes não pode de forma nenhuma ser considerado o aspecto determinante. A solidariedade étnica, de clãs teve no passado um papel importante na luta pela sobrevivência primeiro no tempo da escravatura, e segundo, no período da colonização formal. Portanto, não é de admirar que esta solução apareça de novo na situação de crise enfrentada hoje. Uma crise que vai da falta de meios de produção à realização de que o Partido e o Estado não conseguem ajudar na luta actual pela sobrevivência.

Em todos os casos de desagregação, os grupos que saem das aldeias são identificados como oriundos de mesmos clãs. Numa zona em que a produção dominante é feita por agricultores que produzem maioritariamente pelo seu consumo, não é de admirar que os líderes que surgem sejam aqueles velhos, chefes de clãs, tradicionalmente considerados como as pessoas mais indicadas para resolver as dificuldades insuperáveis.

Assim, as falhas a nível de saúde criaram as condições propícias para uma maior actuação dos feiticeiros; a falta dos produtos de primeira necessidade levaram a um aumento da contrabanda entre Moçambique e Tanzânia; a não implementação das medidas do Partido e do Estado reforça o poder dos velhos que podem sempre alegar de que "nos nossos tempos..."

Do Posto Administrativo de Mocimboa do Rovuma à Localidade de Ngapa

O Estabelecimento do Poder Colonial

O posto administrativo de Mocimboa do Rovuma foi estabelecido na década '50, completando-se assim a rede administrativa portuguesa em Cabo Delgado. A preocupação da administração portuguesa contemporânea era sobretudo evitar a saída de moçambicanos para Tanganhica, explicitamente porque isso provocava a "desnacionalização dos indígenas portugueses". Entretanto, a região de Ngapa, como aconteceu com toda a região norte da actual província de Cabo Delgado, foi integrada na economia colonial como simultaneamente uma zona de produção camponesa para o mercado; das culturas forçadas do algodão; e da exploração da caça e das serrações.

O estabelecimento posterior, em 1954, do Posto Administrativo de Mocimboa do Rovuma, dependente do administrador da Circunscrição dos Macondes, residente em Mueda, impôs a ordem colonial na área. Mas a paz simbolizada pela criação do Posto Administrativo, era para as populações meramente aparente. Era o tempo do algodão forçado, e dos trabalhos obrigatórios nas estradas e nas serrações. A prática violenta do colonialismo português tornou-se ainda mais visível com o início das actividades da FRELIMO em 1962, e sobretudo depois do desencadeamento da Luta Armada em 1964. Os castigos corporais tornaram-se mais intensos, as detenções mais difíceis.

As tarefas principais do chefe de posto estavam ligadas à cobrança de impostos, ao controlo das culturas forçadas, e ao recrutamento de força de trabalho para o xibalo, ou nas plantações e serrações ou nas estradas e pontes. O poder foi sempre mantido por uma violência sistemática. Mais tarde, o poder colonial sentiu a necessidade de introduzir algumas reformas, pensando assim resolver antigas queixas da população. Mas essas reformas chegaram tarde e não beneficiaram esta região.

Em 1964, poucos meses depois do início da Luta Armada, a chefia de posto abandonou o local. Mocimboa do Rovuma passou a ser um posto avançado do exército português, de uma certa importância estratégica. Situava-se perto do principal ponto de travessia para os guerrilheiros vindo do exterior, e para as suas colunas de abastecimento. A FRELIMO estabeleceu na zona, para além de várias posições militares, o seu "Distrito Ngapa", nas proximidades da actual Aldeia Chilindi e a cerca de 20 quilómetros de Ngapa-Sede. Os portugueses possuíam nas proximidades um aquartelamento importante em Namatil, parte do dispositivo militar montado pelo exército colonial ao longo das margens do Rovuma, a fronteira fluvial com a Tanganhica. Soldados coloniais estavam espalhados por posições quase permanentes nas redondezas.

Portanto o distrito Ngapa da FRELIMO funcionava no tempo da Luta Armada não só como um esquema de organização administrativa, mas também e sobretudo como uma forma de criar condições para que a população participasse directamente na exposição, discussão e resolução dos seus problemas.

Sobre a Tipologia das Populações durante a Luta Armada

Uma análise da situação em toda a província, que dividisse a população entre os três grupos (de refugiados na Tanzânia, residentes nos aldeamentos e moradores nas zonas libertadas), daria uma imagem simplificadora de três situações bem concretas. Nas Zonas Libertadas as pessoas viviam com a FRELIMO, enquadrados nas suas estruturas, conhecendo a sua linha e a sua prática. Os refugiados na Tanzânia viviam no estrangeiro desorganizadamente e muitas vezes se recusaram a participar na guerra. Os dos aldeamentos tinham vivido com o inimigo sem grande consciência e foram submetidos a um forte processo de alienação.

Estas categorias ao nível da análise, por serem muito gerais, não permitem efectivamente distinguir um posicionamento político concreto. Podem ser indicadores para uma análise, mas em si não são nem conceitos nem categorias que nos permitam compreender a realidade. Considerar que todos os que viviam nas Zonas Libertadas eram da FRELIMO, seria a mesma coisa que considerar que todos os que vivem num país socialista são comunistas.

A Vida nos Aldeamentos

Mocimboa do Rovuma ilustra tanto a forma como as funções dos aldeamentos. A antiga administração foi transformada em instalações militares. Uma pista de aviação foi desbravada. Abrigos antiaéreos foram construídos com espessas paredes de betão para resistir aos foguetões da FRELIMO. Barracas de zinco pré-fabricados foram utilizados para construir os aquartelamentos necessários para albergar as centenas de homens que, de um momento para o outro foram aí destacados. E no meio das instalações militares situavam-se as palhotas da população. Para além de gente trazida para fazer serviços domésticos, havia homens e mulheres que tinham sido capturados ou se quiseram manter nas posições portuguesas.

Mocimboa do Rovuma era também um quartel, onde, para além dos soldados, vivia população civil no aldeamento. Neste caso não existiam os investimentos que, por exemplo, foram feitos em Nangade, onde, como parte do golpe de propaganda da Operação Nó Górdio, Kadlza de Arriaga fez construir casas de cimento, mesquita estilizada, e iniciar também actividades económicas.

A vida no aldeamento era difícil. Não era possível circular sem vigilância dos soldados portugueses. As machambas ficavam dentro de uma área vedada com arame farpado. De cada vez que, num combate com a FRELIMO morriam soldados portugueses a tropa colonial retaliava contra a população captiva. Os próprios régulos foram presos pela PIDE em 1966, e estiveram detidos até 1974.

No quartel de Mocimboa do Rovuma, a população captiva vivia no centro de um anel formado pelas posições militares. As pessoas tinham os seus movimentos bastante vigiados, porque os portugueses pensavam que estavam em contacto com os seus familiares no mato, a quem forneciam informações sobre os movimentos das tropas coloniais, e recebiam orientações da FRELIMO. Todos os africanos, mesmo os soldados coloniais, eram frequentemente envolvidos em processos de averiguação sob suspeita de

colaboração com o "inimigo". Rixas entre soldados e população local rebentavam frequentes vezes. As mulheres que viviam nestes locais eram consideradas prostitutas, e eram constantemente sujeitas a situações de humilhação. Tudo isso levava os comandos portugueses a tomarem uma certa distância; tratavam estas questões como problemas pessoais dos soldados, e o comandante nada tinha a ver com isso.

A população do aldeamento servia também para recrutamento de gente para as fileiras do exército colonial. Era perspectiva de emprego futuro para os habitantes destas posições tornar-se Flechas, PIDE ou GEP.

A população foi submetida a um alto grau de despersonalização. Por um lado, eram considerados aliados, por outro, cabia-lhes o papel de bodes expiatórios. Sempre que no mato as tropas portuguesas eram atacadas, acusavam os habitantes do aldeamento de ter mandado mensagens a FRELIMO. Frequentemente as tropas coloniais vingavam-se na população; por exemplo, em 1965, dois interpretes da administração colonial foram acusados, falsamente, numa intriga local, de terem ligações com a FRELIMO, e enviados para as cadeias de Ibo e Ponta Mahone onde estiveram quase dez anos.

As pessoas estavam separadas dos seus familiares que, ou viviam nas zonas libertadas ou estavam refugiados na Tanganhica. Muitas vezes eram considerados por aqueles que estavam nas Zonas Libertadas como traidores, pois viviam com "o inimigo". Portanto, a realidade destes acampamentos portugueses era mais complexa e os posicionamentos das pessoas mais variado. Na prática só o desenvolvimento de uma tipologia destas trajetórias individuais vai permitir apercebermo-nos da situação. A tendência de classificar as populações dos aldeamentos como "os que viviam com o inimigo" dificulta a análise. Apesar das especificidades de quartéis situados em territórios controlados pela FRELIMO, com familiares num lado e noutro, as populações eram confrontadas com o mesmo tipo de contradições em ambos os lados.

A Ruptura com o Inimigo

Hoje em dia, as dificuldades da Luta Armada são sempre apresentadas como tendo sido ultrapassadas, e as contradições são descritas de forma a valorizar os participantes vitoriosos. Isso faz com que outros aspectos de importância pedagógica e política não sejam sequer considerados. Mesmo que as Zonas Libertadas e semi-libertadas funcionassem sem contradições nem dificuldades, a sua criação e estruturação não foi tarefa fácil. As populações que tinham aceitado seguir as orientações da FRELIMO e se refugiaram no mato, foram pouco a pouco enquadradas pelas estruturas da FRELIMO.

As contradições que se tinham que resolver no dia a dia, foram normalmente evacuadas da análise da história das Zonas Libertadas. Incluam problemas nas relações homem-mulher, actuação dos feiticeiros, e dos donos de terra, e diversos abusos de poder. A presença do exército português; a dificuldade de organizar uma vida nas áreas de guerra; as faltas de produtos essenciais, como roupa e sal; a separação das famílias pela guerra e a emigração; e a integração nas tarefas de guerra; estas caracterizavam algumas das dificuldades que a FRELIMO tinha que resolver. Todas estas contradições são agora sumariadas na contradição entre as duas linhas,

concluindo-se que os justos/jovens venceram os injustos/velhos, e assim se eliminou a base dos problemas, que era os novos exploradores.

Entretanto, os novos exploradores eram sómente uma parte do problema. Houve condições concretas do seu aparecimento que devem ser procuradas não só na história colonial, e na actuação do exército português, mas também na actuação das estruturas da FRELIMO, e nas políticas adoptadas.

Antes do desencadeamento da Luta Armada, os camponeses foram avisados pela FRELIMO que deveriam abandonar os seus locais de residência e refugiar-se no mato, em zonas inacessíveis ao exército colonial. Os portugueses capturaram em 1965 um grupo de pessoas que vivia escondido no mato a partir de 1964, cumprindo as orientações recebidas da FRELIMO; isto aconteceu perto de Matio, nas proximidades da captação de água de Chomba, a cerca de 20 quilómetros de Ngapa-sede. Este contingente, chefiado por Sualu Macoinhocoio, veio juntar-se a outras pessoas, sobretudo algumas chefiadas pelo capitão-mor Katembe, que já viviam no posto português.

O início da luta armada provocou modificações em toda a região de Mueda, e muitas pessoas saíram do planalto para se refugiar nos baixos ou nas montanhas na zona de Ngapa. Perto de Ngapa existe uma grande baixa, chamada Nankadoli (ximaconde: "grande buraco"), que se estende por dezenas de quilómetros e era um lugar ideal de refúgio, tendo água e uma cobertura vegetal densa. Destacamentos da FRELIMO tinham bases aí bem como a população.

Esta saída dos locais de habitação, e a integração nas estruturas da FRELIMO, criou um novo tipo de povoamento. Antes da guerra, as populações viviam em aldeias não muito grandes, com grupos familiares, e rodeados ou nas proximidades das suas pequenas machambas. Com a guerra, saíram desses locais e foram viver para zonas onde tinham machambas grandes. As casas eram construídas na floresta, um pouco espalhadas, como as próprias machambas. Tentava-se assim evitar perigo de uma localização fácil pela aviação portuguesa.

A intensidade da repressão que existia nos aldeamentos estava intimamente relacionada com a situação militar. Os portugueses estavam concentrados em Mocimboa do Rovuma, Namatil (Base Omar), Negomano e Nangade e pequenas unidades estavam também dispersas um pouco por toda a região. No entanto, apesar deste forte dispositivo militar, estas regiões faziam parte do primeiro sector das Zonas Libertadas de Cabo Delgado. Aproveitando as condições propícias do terreno, e mercê de uma organização interna intimamente ligada ao povo da região, as estruturas da FRELIMO conseguiram transforma-la numa zona cuja função principal era de receber as armas e munições que vinham dos campos da FRELIMO no Tanganhica.

A população que vivia no interior estava concentrada em zonas com condições naturais propícias para a defesa contra ataques. Perto da actual povoação Muimbua, numa zona montanhosa, situavam-se alguns círculos da FRELIMO. Entre Ngapa e Namatil estava situado um local suficientemente seguro para o próprio Presidente Mondlane se reunir com as populações numa das suas visitas ao interior.

Até 1969, as estruturas militares e civis eram diferentes. Ao nível de base actuavam os comités que, na percepção popular, eram de dois tipos;

os de seis ("sita"), que andavam a organizar o transporte de material e as contribuições de comida para os guerrilheiros; e os comités de dez ("kumi"), que resolviam os problemas sociais como divórcios, falta de cumprimento de contratos, e outras confusões. Ao longo do tempo estas estruturas sofreram modificações que as adequaram a um cumprimento mais eficaz das tarefas da guerra, vistas não num sentido estritamente militar. Eram estruturas do poder popular no sentido em que consideravam a participação política, a produção e a preparação combativa, como questões que o próprio povo devia decidir. No início deste processo e ao longo de todo o período da Luta Armada a FRELIMO garantiu, não só em termos de logística, mas também de organização e formação, uma defesa das populações contra acções inimigas. Foi pouco a pouco que, mercê deste processo, vastas zonas ficaram sem a presença constante dos agentes do colonialismo. Assim era preciso organizar o abastecimento, a administração, e a mobilização. Era preciso pensar não só em arranjar armas, mas também a capulana e o sal. Era preciso construir estruturas para resolver os conflitos sociais.

Nas Zonas Libertadas, depois do II. Congresso, ao nível de base, as unidades de integração passaram a ser a localidade, o círculo, e o distrito. No novo sistema político e administrativo, os encarregados eram pessoas consideradas militantes na guerra e na defesa da linha política da FRELIMO, e que tinham uma aceitação popular.

A legitimidade e a capacidade organizativa da FRELIMO permitia que fosse obtida da população uma resposta disciplinada aos acontecimentos da altura. A FRELIMO tinha conseguida resolver, ou pelo menos enfrentar, os problemas do dia a dia da população. A saúde, a comercialização, e o ensino eram minimamente assegurados pela FRELIMO, que também encontrou formas que levavam à participação popular de tal maneira que havia uma certa identificação de interesses entre a Frente e o povo. No entanto, a situação vivida na guerra era definida pelas limitações e os condicionalismos da conjuntura em que o processo se desenrolou. Numa situação de guerra, por exemplo, as rotinas diárias não podiam ser realizadas constantemente.

As classes, como forças sociais, não desapareceram. Alguns conflitos de classe não-antagónicos eram adiados, sob a pressão das necessidades da guerra; conseguia-se uma acomodação nesses casos, entre as camadas conflituosas. Um exemplo concreto que tinha uma certa importância numa sociedade rural: os donos de terra não queriam deixar que alguém trabalhasse livremente nas suas terras livremente. Recebiam, entretanto, uma orientação das estruturas políticas "para fazerem unidade." Isto de facto mandou que eles deixarem que os camponeses pobres trabalhassem também a terra. Em resumo o conceito de Zonas Libertadas, além de se referir a uma área geográfica bem determinada, referia-se também ao facto de nessas Zonas se ter conseguido quebrar com os padrões de relações socio-económicas das Zonas ainda sob controle colonial. Mas o facto de se ter conseguido esta ruptura não significava o desaparecimento absoluto da influência das relações impostas pelo sistema colonial.

A Situação nas Zonas Libertadas de Ngapa em 1974

Na altura da assinatura de Acordos de Lusaca em Setembro de 1974, a situação nas Zonas Libertadas de Ngapa se poderia caracterizar sobretudo em termos de uma participação popular na administração quotidiana da vida social. A população tinha sido enquadrada numa rede administrativa e política, criada pela FRELIMO, que para além de assegurar uma direcção política, foi também capaz de se defender. Essa rede administrativa era, na maioria dos casos, preenchida pela própria população, que assegurava o funcionamento dos serviços essenciais.

A chegada da paz introduziu um processo de normalização na região. Os conflitos latentes, as contradições não-antagónicas, que a guerra tinha remetido para segundo plano, ressurgiram à superfície. A força mobilizadora da FRELIMO sofreu uma certa erosão, porque já não existia o perigo de perder a vida nas mãos do exército colonial, se não cumprisse as orientações. Num certo sentido, o problema político que se colocou à FRELIMO foi semelhante àquilo que se tinha colocado nos anos de crise em 1968-1970. Manter a legitimidade era enfrentar e tentar resolver os problemas concretos da população.

Com o fim da guerra, a dinâmica que tinha impulsionado os combatentes modificou-se. Introduziu-se um relaxamento a todos os níveis. Este relaxamento foi alimentado pelo raciocínio de que sendo politicamente seguras, as Zonas Libertadas não necessitavam tanto como outras áreas, dos poucos quadros que a FRELIMO tinha.

Com a saída das tropas portuguesas em 1974 os habitantes dos aldeamentos receberam orientações para se manterem no local. No entanto, alguns queriam regressar para a sua zona de origem em Matio, outros, ir fazer as suas machambas individuais nos lugares onde tinham trabalhado antes da luta armada. Mas isso não foi permitido, e assim, as populações das antigas zonas libertadas tinham que se agrupar em aldeias comunais. Para FRELIMO, as aldeias comunais constituíram a forma de organização social para resolver os problemas socio-políticos.

Os guerrilheiros da FRELIMO estacionados na região foram encarregados de organizar as populações nas novas aldeias. Deslocaram-se a Ngapa para marcar os talhões individuais para a construção de casas. O local escolhido foi aquele em que antigamente estavam situadas as machambas. Não era possível continuar a viver no aldeamento, que ficava entre as casas do antigo posto administrativo, dentro da povoação.

A Chegada dos Regressados

Uma boa parte dos habitantes desta região fronteiriça refugiaram-se na Tanzânia durante a Luta Armada, tendo regressado após o cessar-fogo em 1974. No outro lado do rio Rovuma existiam populações com a mesma língua. Havia para além de laços familiares, uma certa convivência ao nível do comércio e das trocas. Os homens desta região fizeram trabalho nas plantações de sisal da Tanzânia.

Na pós-guerra, começaram a voltar os refugiados moçambicanos da Tanzânia, os "regressados." Depois de terem sido recebidos pelas estruturas da FRELIMO e do Estado foram encaminhados para a Aldeia de Ngapa. A chegada destes elementos tinha uma certa importância no desenvolvimento do distrito de Mueda, que englobava a maioria das antigas zonas libertadas. Entretanto, a questão de migração para a Tanzânia nunca tem sido analisado em termos de opções de classe. A questão dos regressados não é só uma questão de migração, de deslocamentos geográficos ou de números de população.

O fluxo de refugiados era tão grande que a ONU organizou campos de refugiados, onde prestava um certo apoio. Por outro lado, noutros locais de concentração de refugiados, a FRELIMO tinha os seus apoios e as suas estruturas. A vida deste grupo, longe das suas famílias, vivendo desempregado e sem terras, não era fácil. No entanto, não eram os únicos moçambicanos que estavam na Tanzânia. A migração através do Rovuma é muito antiga.

Os regressados nem constituírem um grupo homogêneo. Alguns prestaram um apoio valioso à FRELIMO durante a Luta Armada de Libertação Nacional; outros tinham uma história de compromissos com o movimento nacionalista e sindical ou na Tanzânia ou em Moçambique. Não se pode considerar estes refugiados, numa forma não-diferenciada, como um obstáculo à consolidação do Poder Popular no pós-Independência. Portanto, as estruturas optaram para formar aldeias constituídas unicamente por regressados, ou por antigos combatentes, porque tinham experiências específicas.

A designação de "regressados", para além de não permitir alguma diferenciação, também não permite captar as diferenças de classe e de posicionamentos neste grupo heterogêneo. Alguns viveram, no tempo da luta, nos campos de refugiados na Tanzânia sem ter qualquer contacto com a FRELIMO; outros estiveram organizados pela própria FRELIMO, pagando quotas e fazendo contribuições em dinheiro. Outros, agora considerados como refugiados, eram trabalhadores moçambicanos no estrangeiro, com emprego e até uma participação política na vida tanzaniana, e nas lutas no interior de Moçambique.

A Formação Administrativa da Aldeia Ngapa

A Aldeia só foi legalizada em 1976, altura em que foi nomeado para chefe da aldeia Omar Nabange, originário da aldeia Nachitenge. Esta medida administrativa foi tomada pela FRELIMO no pós-Independência, para criar novas estruturas, com os seguintes objectivos principais:

! Cada localidade da luta armada se deveria agrupar numa única aldeia;

! Essas aldeias passavam a ser chefiadas por um elemento, a ser nomeado pelas estruturas distritais e provinciais, de entre os antigos responsáveis das estruturas de base da FRELIMO na zona. (Os quadros de direcção aos vários níveis foram colocados noutras zonas do país.)

O processo de constituição das aldeias comunais criou dificuldades, porque a unidade de base durante a Luta Armada não era a localidade, mas sim o círculo, onde normalmente viviam pessoas originárias do mesmo local. Por isso defendia-se a instalação da aldeia na zona donde os camponeses tinham

vindo.

Na escolha de quadros para chefiarem as aldeias os mais velhos, muitas vezes analfabetos, apesar das responsabilidades que tinham durante a luta, foram deixados fora do processo. Os novos chefes das aldeias eram normalmente elementos que tinham a tarefa de escrever as notas, e passar as guias de marcha. Sabiam ler e escrever em português e maconde, pelo que se ocupavam das tarefas burocrático-administrativas. Os chefes da aldeia passaram a ser nomeados pelo distrito, podendo ser transferidos como qualquer funcionário do Estado, mas sem receberem qualquer salário. Uma das reivindicações dos presidentes da aldeia sempre foi, serem considerados funcionários do estado, com todos os benefícios que isso implica em termos de salários e outras regalias. Os presidentes das aldeias podiam ser transferidos de um local para outro, porque não cumpriam bem as suas tarefas ou entravam em contradições com a população; ou simplesmente porque o distrito tinha conveniência.

Assim, em Ngapa sucedeu uma série de transferências dos presidentes. Em 1977 o primeiro chefe da aldeia foi transferido. Foi substituído por Lucas Mphelo, vindo de Lunango que, por seu turno, em 1978, viria a ser substituído por António Kuininga. Este último, até fins de 1984, se mantinha como o presidente do Conselho Executivo da Aldeia.

A assumir o controle do aparelho estatal, a FRELIMO foi forçada a entrar numa prática de exercício do poder que sempre combateu durante a Luta Armada, a saber a adopção de um sistema político e administrativo criados pelos colonialistas, i.e. não organizado para defender os interesses da maioria. Continuava-se a proclamar a necessidade de praticar o que se aprendeu nas Zonas Libertadas, mas as condições materiais, o afastamento físico e social das massas inerente a burocracia colonial foram aparentemente mais fortes do que as proclamações feitas nos comícios.

As condições de guerra impuseram uma ligação constante entre os político-militares e as massas, mas o escangalhamento dum aparelho estatal alheio aos interesses das massas foi impedido pela actuação de indivíduos mais interessados em fortalecer uma estrutura burocrática cuja sobrevivência dependia de competências técnicas e não da participação das massas.

A Criação de Conselho Executivo da Aldeia

Até 1982, a aldeia era dirigida por um Grupo Dinamizador, cujo secretário era também o chefe da aldeia. Naquele ano foi constituído o actual Conselho Executivo da Aldeia. Esta modificação das estruturas foi feita para resolver algumas problemas de autoritarismo que estavam a surgir. O presidente da aldeia estava a transformar-se num senhor absoluto, tomando as decisões que entendesse sem consultar os habitantes. De facto, tinha passado a actuar como qualquer chefe da aldeia tradicional. Para introduzir novos métodos de trabalho, e para permitir uma direcção colectiva com métodos democráticos, foi decidido criar uma estrutura de direcção com alguns quadros eleitos de dentro da própria comunidade.

Entretanto, dos quatro elementos que faziam parte do Grupo Dinamizador, só dois se mantinham no Conselho Executivo, em Novembro de

1983. Dos outros dois, um foi rejeitado na eleição, e o outro faleceu. Em 1983, aquando das reuniões para a divulgação das decisões do IV Congresso, o Vice-Presidente do Conselho Executivo da Aldeia foi saneado sob a acusação de ter sido um dos principais causadores da saída dos indivíduos que queriam fixar-se fora da aldeia-sede, nos locais de Chitope, Muimbua e Nambungale.

Mesmo assim, segundo os actuais responsáveis da aldeia, esta modificação não se justificou, em termos dos resultados; efectivamente, a única diferença entre o Conselho Executivo e o Grupo Dinamizador era na designação. As transformações foram formais. Os assuntos tratados, a forma de tomada de decisões, e os critérios utilizados, todos continuaram na mesma; na prática as diferenças entre o Presidente do Conselho Executivo e o Presidente da Aldeia foram de pormenor.

Em termos estatutários, a relação entre a Aldeia de Ngapa e a localidade sempre foi muito pouco definida. Até 1982, data da formação do seu Conselho Executivo, a própria aldeia era considerada como um bairro da sede da localidade. Nessa altura foram definidas as funções respectivamente do Conselho Executivo da Localidade, e do Conselho Executivo da Aldeia. O primeiro deveria preocupar-se com a direcção de todas as aldeias existentes na área sob a sua jurisdição, e o Conselho Executivo da Aldeia sómente com a aldeia. Mas apesar das intenções, na prática a Aldeia Ngapa era um bairro da vila, onde estava situada a administração da localidade de Ngapa.

O Conselho Executivo da Aldeia reunia-se regularmente, duas vezes por mês, pelo menos até Novembro de 1983, com a presença dos chefes de bairro e dos adjuntos dos responsáveis. Estes últimos, portanto, não existiram na estrutura oficial, mas existem nesta aldeia. A agenda era elaborada pelo Presidente do Conselho Executivo; quando alguém tinha uma preocupação para discutir, ficava obrigado a canalizá-la através do chefe do bairro.

A ligação do Conselho Executivo da Aldeia com a sede da localidade era directa; o Presidente da Aldeia faz parte do Conselho Executivo da Localidade. A ligação com a administração do distrito era estabelecida através da administração da localidade.

Estas ligações deveriam permitir aos níveis de base transmitir informações, pedir esclarecimentos, fazer saber a sua opinião e receber também das estruturas superiores informações ou orientações. Mas o que acontecia normalmente era que a base ou transmitia queixas ou pedia orientações, e as estruturas superiores só transmitiam ordens. A base funcionava como caixa de correio, e o topo como comando. Não existia nenhuma ligação orgânica entre os diversos níveis que, de forma nenhuma se sentiam parte de um todo organizado e funcional.

O Funcionamento do Partido Frelimo

Em Novembro de 1983 a célula do Partido da aldeia tinha 27 membros. Alguns destes pertenciam também ao comité partidário da localidade, o qual, no entanto, não foi eleito em conferência dos militantes do Partido residentes nas aldeias da região, como devia ser. A ligação com a estrutura do Partido ao nível do distrito era mantida ou, através do comité da

localidade ou através do contacto directo. O distrito enviava brigadas para a localidade que se deslocavam às aldeias para realizar algumas acções específicas:

- ! preparação do IV Congresso;
- ! divulgação das decisões após a sua realização;
- ! investigação;
- ! resolução de problemas pontuais, i.e. a desagregação das aldeias.

Numa situação em que houve falta de meios materiais de comunicação e de transporte, além de uma penúria de quadros, as brigadas pareciam uma forma de ultrapassar as dificuldades. Mas os resultados concretos alcançados eram fracos. As brigadas distritais, de cada vez que vinham fazer um trabalho a localidade de Ngapa, foram confrontadas com os mesmos problemas: falta de abastecimento, de medicamento, de transporte, e as desagregações. Os quadros destacados não tinham nem capacidade nem competência para resolver os problemas. Davam algumas orientações gerais, repetiam as mais recentes palavras de ordem, e mais nada.

Nem o Partido, nem o Estado, ao nível da aldeia, tinham nenhum circuito de comunicação que permitisse que o topo e a base estivessem constantemente em contacto, para o fim de circular informação e orientações. Não havia nem um registo de informações, nem das decisões já tomadas. No que diz respeito às aldeias comunais, não havia nenhum consenso sobre a política geral, nem sobre as medidas imediatas a adoptar.

Uma ilustração muito clara desta prática incorrecta encontra-se no caso das orientações dadas, e as posições assumidas, pelo aparelho do Estado e do Partido no distrito, em relação às desagregações das aldeias. No início a administração informou que os camponeses de Muimbua poderiam ficar nos seus locais, desde que se organizassem em cooperativa. Depois disseram que já não podiam. De novo voltaram a informar que se deviam retirar das zonas onde estavam a viver, e regressar à aldeia de Ngapa. Desses locais só em Muimbua poderiam formar uma única cooperativa.

A actuação tanto do Partido e do Estado era afectada pelo grande número de tarefas e cargos que só um único indivíduo exercia. A composição das brigadas reflectia este problema. Um bom exemplo era o do Presidente da Aldeia Ngapa, Kuininga, que acumulava na altura da nossa visita as seguintes funções, a vários níveis:

- ! presidente do Conselho Executivo da aldeia;
- ! primeiro secretário da célula do Partido na aldeia;
- ! presidente da Assembleia do Povo ao nível da aldeia;
- ! membro do Conselho Executivo da localidade;
- ! membro de várias comissões;
- ! membro do comité distrital do Partido.

Esta concentração de tarefas numa pessoa, como Kuininga, fazia com que não conseguisse cumprir nem uma delas na totalidade. Poderia alegar-se que o facto de haver um indivíduo que para além das responsabilidades na base tinha também lugar nas estruturas dos escalões superiores; asseguraria assim uma ligação orgânica entre a base e o topo. Mas isso, sem uma modificação de métodos de trabalho no seio das estruturas e na sua relação com o povo nada significava. Transformava-se o poder popular num ritual de poder gastando-se esforços grandes nos aspectos formais esquecendo-se os aspectos de conteúdo. Uma grande preocupação das autoridades de Ngapa era o controlo dos contrabandistas e ladrões, havendo nos registos da localidade notas sobre vários casos. O próprio presidente da aldeia Ngapa, Kuininga, estava envolvido, como receptor, num caso de roubo; mas nada foi feito contra ele. Este caso não só ilustra uma dualidade de critérios mas também o facto de que o poder que um indivíduo tinha podia ser utilizado para fins contrários aos princípios de defesa dos interesses do povo.

Sómente quatro dos nossos inquiridos disseram ter pago trabalho assalariado para abrir as suas próprias machambas: o Presidente do Conselho Executivo da aldeia sede, o seu adjunto, o presidente do tribunal da aldeia e o responsável da Loja do Povo de Ngapa.

Não há dúvida que este grupo, embora tivesse as mesmas queixas que as pessoas assalariadas por eles, tem também mais possibilidades de ultrapassar estes problemas com ou sem ajuda do Estado. Ocupando os lugares de chefia, poderão passar por defensores - populistas - das massas, mas pela sua prática política, já pertencem a uma camada que esta a se distanciar do povo.

Os problemas que mais afligiam os habitantes da aldeia foram já discutidos por várias vezes e canalizados para o distrito, aguardando-se a resolução de alguns deles. A falta de roupas, problemas com o transporte, o mau estado das picadas e estradas, o problema das pontes que caem todos os anos e que requereriam trabalho dos camponeses para a sua reparação, a falta de ambulâncias e de medicamentos no posto de saúde, a falta de rádio para comunicações urgentes com Mueda, eram as questões mais mencionadas.

A localidade de Ngapa tinha 13 aldeias e um órgão como a Assembleia da Localidade não tinha representantes de todas estas aldeias. As aldeias em que havia assembleia eram consideradas localidades políticas porque o escalão mais baixo em que havia assembleia era a aldeia. Desta forma tinham também surgido a confusão na distinção entre as localidades políticas e as localidades administrativas. Apesar das limitações na sua composição, ela não funcionava de toda a maneira, quaisquer que fossem os erros da sua composição desde 1982, pois, com a ausência do administrador da localidade ninguém convocou qualquer sessão. O secretariado da assembleia estava incompleto devido à saída de vários elementos, mas os deputados diziam que não tinham feito nada para modificar a situação porque estavam à espera que o distrito viesse fazer a reestruturação.

Seria fácil interpretar o problema como inoperância dos deputados, ou imobilismo. No entanto esta falta de iniciativa ilustrava um problema político fundamental que foi possível detectar: o formalismo das estruturas. Houve uma grande preocupação em criar as estruturas, em preparar discursos e documentos formais iguais aos que eram utilizados na Assembleia Popular em Maputo.

Ao nível da produção o sector dominante era o familiar. Existiam no tempo da nossa investigação, quatro desagregações chamadas cooperativas, mas todas elas com áreas muito pequenas em relação ao número de membros. Segundo a direcção da aldeia, a população não participava nem nos trabalhos colectivos nem nas reuniões. Esta falta de participação popular estava ligada ao facto de nesses encontros se tratar sempre dos mesmos problemas e da não resolução dos problemas do dia a dia. O mesmo tipo de fenómeno ocorria com a participação nas cooperativas. Os camponeses preferiam dedicar os seus esforços à machamba individual porque não conseguiam na cooperativa melhores resultados nem maiores rendimentos. Por outro lado, as promessas que foram feitas de dar prioridade tanto em assistência como no abastecimento aos associados das cooperativas de produção nunca foram materializadas.

Ngapa: uma Localidade Remota

A localidade de Ngapa estava em Novembro de 1983 sem administrador. O último funcionário que cumpria verdadeiramente as tarefas de um administrador tinha sido transferido há mais de dois anos, em Agosto de 1981, depois de ter estado à testa da localidade desde 1977. O seu sucessor foi afastado no início de 1982, por razões disciplinares.

O funcionamento das estruturas políticas tinha sofrido uma certa erosão. A Assembleia do Povo da localidade, composta, como já mencionado, na sua maioria por residentes da aldeia Ngapa, e por funcionários da administração da localidade, também não se reunia. Segundo a documentação existente na sede da localidade, a última sessão realizou-se no dia 5 de Maio de 1982. As comunicações com o distrito bem como com as 12 aldeias da localidade eram muito difíceis. Não existia carro, rádio ou telefone. Para realizarem o seu trabalho os funcionários da administração ou do comité da localidade visitavam as aldeias a pé demorando-se às vezes uma semana em cada uma das visitas.

Ngapa apresenta uma situação económica e comercial muito complexa. Há tradições antigas de comércio através da fronteira bem como de movimentação de força de trabalho. Um indicativo desta complexidade é nos dado pela utilização da denominação monetária tanzaniana não só em Ngapa mas em todo o distrito de Mueda. A fronteira com a Tanzânia estava quase totalmente aberta ao contrabando. Não parece exagerado dizer que a vida social e económica da localidade escapava nos fins de 1983 ao controlo do estado moçambicano.

Por outro lado, a situação nas aldeias era agravada pelo facto do Aparelho de Estado não conseguir satisfazer as necessidades básicas, tanto materiais como sociais e culturais das populações. A falta de roupa e de outros artigos essenciais a uma vida normal era gravíssima. As lojas estavam vazias. As escolas funcionavam mal, não só porque não tinham condições materiais mas muitas vezes, também, porque os pais dos alunos não queriam mandá-los estudar. Além disso, não existiam nenhuma escolas nas aldeias desagregadas. Os serviços de saúde eram insuficientes. O posto de saúde de Ngapa não tinha remédios nem condições para evacuar para Mueda-sede qualquer

doente em estado grave. O ressentimento a este estado de coisas era muito grande entre os camponeses.

Se a situação da administração estatal era caótica, a do Aparelho do Partido era diferente, pelo menos em termos de quadros ao nível local. Como já assinalámos, em Setembro de 1983 foram nomeados dois secretários para o comité do Partido na localidade encarregados das tarefas de mobilização política. No entanto, apesar da sua capacidade e zelo, os problemas materiais eram grandes e dificilmente superáveis. A sua tarefa estava facilitada pelo facto do Partido ter uma implantação mais antiga no distrito de Mueda, do que na maioria dos distritos do país.

No entanto, esta implantação corre o perigo de ser minada se as tendências por nós observadas continuarem. Uma desmobilização política era claramente perceptível. A confiança política do povo não pode ser nutrida com palavras por mais bonitas que elas sejam. É esta a situação -- não funcionamento das estruturas políticas, crise de abastecimento, crise da produção agrícola, má localização das aldeias, fraco apoio ao sector familiar -- que está na base da maior incidência, a partir do início dos anos 80 do fenómeno chamado "desagregação das aldeias comunais." A divisão das aldeias com a consequente saída de uma parte da população não é um fenómeno novo no distrito de Mueda mas faz parte da história da sua própria implantação. A actual aldeia Nanenda, por exemplo, surgiu em 1976 da desagregação da aldeia Namaua situada na localidade sede do distrito.

As explicações do fenómeno da desagregação variam bastante entre camponeses e responsáveis do Partido e do Estado. Os camponeses apresentam como razão fundamental a necessidade de viver perto das terras de cultivo, o que no distrito cria problemas sérios. Muitas famílias têm as suas machambas a três ou quatro horas de caminho a pé das suas casas permanentes. Os responsáveis, por outro lado, vêem neste fenómeno o ressurgimento do poder político reaccionário tribal, que é preciso combater utilizando todos os meios ao seu dispor: queimar aldeias, utilizar o chicote, prender os cabecilhas.

No entanto mais investigação tem que ser realizada porque se nos parecem claras as razões que levaram a que os camponeses se fixassem nas novas aglomerações, não é ainda muito clara a natureza dos grupos que dirigiram esta movimentação. Tudo indica que, apesar dos seus dirigentes tentarem indicar que o factor étnico ou familiar não tenha importância foi no quadro de uma estrutura clânica que as coisas se organizaram. O facto dos velhos jogarem um papel importante na direcção dos novos aglomerados leva-nos a pensar na ideologia que preside ao funcionamento da baraza (assembleia de velhos) e no tipo de relações sociais que ela simboliza e promove. No entanto a baraza não representa tanto uma recuperação do poder, mas sim uma nova estrutura escolhida com base nos valores ainda predominantes: o dirigente deve ser experiente, idoso e sábio, qualidades que não são predicados dos mais novos. Estes grupos de direcção incluem jovens, que sabem ler e escrever.

A utilização dos meios repressivos em Ngapa não resolveu o problema. Os habitantes de Chitope, Nambungale e Muimbua voltaram sempre ao local que escolheram, mesmo com as suas casas queimadas. Só uma compreensão real do problema e a utilização de métodos que sirvam o poder popular é que levará a que as aldeias comunais sejam consideradas comunidades populares e

não lugares de permanência obrigatória. O uso e abuso da força não é um meio para resolver os problemas que a produção enfrenta.

A crise existente na localidade de Ngapa e nas doze aldeias que a formam deriva da incapacidade do Estado de resolver os problemas imediatos e básicos da população. Tanto o Partido - que tem uma organização muito fraca e que se limita a transmitir palavras de ordem - como o Estado acabam por ser vistos como fonte de promessas que nunca são cumpridas.

O que os camponeses estão a fazer é tentar resolver, eles próprios, os seus problemas. Sair da zona da Aldeia Ngapa e ir para Muimbua significa evitar os conflitos com os donos de terra e obter terreno para trabalhar que não existe nas proximidades da Aldeia Ngapa. Os esforços que o Estado fez não são nulos mas, os seus efeitos sobre a vida do camponês não têm significado. Algumas aldeias estão integradas no sistema de água no Planalto, outras têm recebido apoio da Comunicação Social. Mesmo a zona de Ngapa tem estado incluída nos programas do Projecto F0-9, mas os resultados não são palpáveis.

E neste quadro que o abandono das aldeias pelos camponeses - permanentemente ou temporariamente - deve ser considerado. Na maior parte das aldeias os habitantes vivem mais de metade do ano nas machambas alegando que precisam de proteger as culturas dos animais e que é longe das aldeias para ir e vir todos os dias. No entanto, considera-se a desagregação como fenómeno diferente, pois na desagregação as pessoas estabelecem-se e organizam praticamente uma vida independente da aldeia legal. Mas são duas faces da mesma moeda ou etapas do mesmo processo. As desagregações actuais começaram como o caso de famílias que viviam no mato perto das suas machambas. Mais tarde, organizaram-se em cooperativa com estruturas próprias.

A designação de cooperativa adoptada por estes grupos vem do facto de conseguirem encontrar na prática do Aparelho de Estado uma justificação para fundamentar a sua posição. Por outro lado, em Mueda há o exemplo da Cooperativa Agrícola Moçambique (CAM). Esta, iniciativa de camponeses originários da Localidade Ngapa, não só recebeu autorização mas, também, o apoio activo para se instalar fora de qualquer aldeia. Afirma-se que tinha boas condições para a agricultura. No entanto, a justificação que as estruturas avançam para apoiar a CAM não é aceite no caso das Cooperativas de Nambungale, Muimbua e Chitope. A comparação com a CAM não se limite ao nível da formação e das justificações mas, também, ao nível da fraqueza da produção cooperativa. Em termos de funcionamento estas cooperativas têm o mesmo tipo de problemas que a CAM ao nível da organização da força de trabalho e rentabilidade da produção agrícola. Em termos políticos a CAM tem maiores problemas, pois trata-se de uma falsa cooperativa através da qual um pequeno grupo está a explorar a força de trabalho dos associados.

As estruturas formais de direcção criadas mostram também por um lado o reconhecimento do poder de estado e, por outro, uma forma de evitar que esse poder possa actuar contra a vontade dos camponeses. Ao nível do exercício do poder dentro da cooperativa nota-se que apesar das semelhanças no nome não são "estruturas feudais" nem "estruturas tanzanianas". São aquilo que os próprios camponeses conhecem, são os resultados dos seus conhecimentos e da sua prática.

Mas as questões que se colocam são: a quem serve este poder? Qual

é o grupo que nesta aldeia é beneficiado? Uma resposta feita a partir dos nossos conhecimentos actuais levaria nos a responder que as relações de poder e de classe não são diferentes do que nas outras aldeias do distrito. Até existe uma diferença positiva: é que a administração e o controlo são maiores, porque o número de pessoas destas aldeias é menor do que o das aldeias oficiais. As condições para a agricultura são melhores. Os dados para cada um dos elementos da direcção de Chitope, Muimbua e Nambungale, não revelam uma base produtiva diferente da do resto dos camponeses, nem uma maior acumulação, nem uma estrutura de rendimentos particular.

O comércio ao longo da fronteira é uma actividade generalizada e que não foi possível estudar em detalhe se bem que se saiba que os camponeses tentam jogar com a diferença de preços existentes. Na Tanzania o Estado paga preços muito altos para os produtos agrícolas, mas os bens de consumo são mais baratos em Moçambique do que na Tanzania:

	Moçambique	Tanzania
Castanha de caju	10,00 MT	40,00 MT
Bicicletas	6.000,00 MT	12.000,00 MT

Um outro factor é a própria existência ou não de determinados bens de consumo. Um dos bens que foi mais contrabandeado na última campanha de comercialização agrária foi capulana de marca Sungura, produzida na Tanzania, mas que não é comercializada nestas zonas. Os camponeses moçambicanos obtinham os panos e iam trocá-los ao outro lado.

Predomina o sentimento que os problemas de Ngapa não são resolvidos porque fica muito longe dos centros do Poder Político. Mas, como já foi referido, o afastamento geográfico não pode ser visto como o factor principal dos problemas. A herança do Estado colonial e o formalismo introduzido a diferentes níveis --vestuário, habitacional, cerimonial-- tiveram o resultado de física e socialmente afastar o povo dos seus representantes.

Com a crescente diferenciação socio-económica accentuada pelo acesso desigual a meios de produção, haverá uma aproximação entre os manuseadores do Aparelho do Partido e do Estado, e os antigos donos de terra e os que controlam os circuitos de distribuição dos bens de primeira necessidade.

CAPITULO II: DA INSTABILIDADE A DESAGREGACAO DA ALDEIA COMUNAL

A população que ainda tem casas na aldeia vive uma parte do ano nas machambas, onde possuem também habitações permanentes. Outros vivem permanentemente nos locais de cultivo. Um terceiro grupo, cujas machambas estão situadas perto da aldeia Ngapa vai e vem regularmente.

Nas páginas seguintes tentaremos abordar o processo de formação e desenvolvimento das três aldeias (Chitope, Nambungale e Muimbua), que as estruturas locais planificavam fundir numa única cooperativa que seria considerada como cooperativa de produção agrícola da aldeia-sede. Só poderiam viver nesse local os membros da cooperativa durante o período que tivessem trabalho a realizar. As mulheres e as crianças têm que regressar à Aldeia de Ngapa onde cada família deverá ter a sua residência permanente.

Chitope

Na concentração de Chitope, situada a cerca de cinco quilómetros da sede da localidade administrativa de Ngapa, nas proximidades de um riacho que tem terras férteis cultivadas pelos seus habitantes, vivem os antigos residentes do aldeamento de Mocimboa do Rovuma, que tinham sido retirados (capturados segundo uns e voluntariamente segundo outros) das proximidades de Matio, pela tropa portuguesa, nos inícios da Luta Armada.

Viviam em Chitope, no período em que realizámos a nossa investigação, cerca de 150 pessoas, que antes de se fixarem neste local viviam na aldeia Ngapa. Em 1974 tentaram deslocar-se para o seu antigo local de residência, em Matio, mas não o puderam fazer por terem recebido orientações das estruturas da FRELIMO para se manterem no aldeamento onde tinham vivido desde 1964.

Devido aos conflitos permanentes entre a aldeia e os camponeses que aqui se fixaram é difícil determinar a data em que começaram a abrir as suas machambas familiares na zona. Sempre que o entendessem, as estruturas da aldeia reprimiam todos aqueles que consideravam que estavam a viver fora da aldeia, isto é, permanentemente nas machambas. É de presumir que o processo se terá iniciado em 1976-1977.

Em 1978-1979 os habitantes de Chitope abriram, cumprindo orientações da aldeia Ngapa, uma machamba colectiva de algodão. Participaram nos trabalhos desta machamba, para além de residentes de Chitope, pessoas

vindas de Muimbua, Nambungale e da Aldeia Ngapa. Antes tinham que ir trabalhar na machamba colectiva de Ngapa. A partir de 1980 deixaram de fazer quaisquer tipo de agricultura colectiva. As machambas colectivas foram abandonadas e os camponeses começaram a ouvir as estruturas a dizer que se deviam organizar em cooperativas. Não foram também nessa altura resolvidos os problemas dos lucros da machamba colectiva que tinham feito antes. Este abandono coincidiu com a aprovação pela Assembleia Popular, a nível nacional da Lei das Cooperativas. Durante os primeiros anos em que se tentaram fixar neste novo local, os camponeses foram várias vezes coagidos a voltar às suas casas na aldeia Ngapa.

Segundo o chefe de Chitope, Daud Sijumbe, também conhecido por Xilambu, os camponeses a partir de 1980 puderam fazer as suas machambas familiares na zona e viver permanentemente nelas. Em 1983, na altura da nossa visita estavam a começar a construir uma aldeia, com as casas perto uma das outras. Tratava-se já da edificação de casas permanentes.

Em 1982, primeiro ano da sua actividade, a cooperativa de Chitope, com cerca de 40 membros, produziu só quatro sacos de gergelim. Tratava-se da produção de 1,5 ha. cultivados, e que rendeu na comercialização 4.654,00 MT. A produção por membro foi assim de 116,00 MT e por hectare de 3.102,00 MT. Para a campanha agrícola 1982-1983, a área desmatada, segundo os cooperativistas tinha 6 ha., mas de facto, a partir de medições rudimentares, o terreno desbravado não chegava a atingir os 4 ha. Há duas razões que explicam a fraqueza da cooperativa:

! por um lado, a "cooperativa" é justificação para a presença permanente dos camponeses nas suas terras de cultivo, evitando assim largas caminhadas e defendendo as culturas dos animais;

! por outro lado há uma incerteza quanto ao futuro desta povoação, não se sabendo se vai ser legalizada ou não.

Os habitantes de Chitope, que na altura da nossa visita era considerada uma cooperativa, dependiam na realidade da aldeia Ngapa, em várias maneiras. A maior parte das famílias, por exemplo, mesmo as que estavam a construir casas novas em Chitope, têm também casas na aldeia Ngapa. Algumas crianças frequentam a escola na aldeia Ngapa, das quais algumas vão e voltam todos os dias. Outras ficam toda a semana na aldeia, o que constitui um problema para os pais, porque lá não há ninguém para lhes dar de comer. Os residentes de Chitope têm, ainda por cima, que se deslocar a Ngapa nos dias de trabalho colectivo ou para as reuniões. O presidente da aldeia sede, Kuininga, costuma deslocar-se frequentes vezes a Chitope para resolver problemas ou para transmitir informações. Brigadas vindas do distrito têm-se, também, deslocado a Chitope para tomar conhecimento dos seus problemas, e das razões que os levaram a se estabelecer nessa zona. A aldeia foi visitada por brigadas distritais que estiveram na localidade, primeiro para preparar o IV Congresso da FRELIMO e, depois para divulgar as decisões.

Se bem que Chitope não tivesse estatuto de aldeia e estivesse dependente, da estrutura de Ngapa sede, existe ao nível da aldeia uma estrutura de direcção. Os seus membros são na maioria velhos, havendo alguns jovens que desempenham tarefas de secretariado pelos seus conhecimentos de português. Esta estrutura composta por dez pessoas é formalmente apresentada

dividida em duas: Comissão de Gestão da Cooperativa (5 pessoas), de acordo com a legislação em vigor sobre cooperativas, e o Corpo de Planificação da Cooperativa, englobando as outras.

No entanto, a estrutura real parece ser composta pelas dez pessoas em conjunto, porque nenhuma das duas estruturas se reunia em separado. Todas as decisões são tomadas em encontros em que participa todo o grupo. A separação em comissão de gestão e corpo de planificação foi uma divisão fictícia, feita para se adaptar à lei. A própria composição da comissão de gestão foi alterada para estar de acordo com as orientações recebidas num seminário de cooperativistas da zona, promovido pelo projecto FO-9, onde foram dadas indicações sobre a estruturação das direcções das cooperativas. Essa modificação das estruturas foi feita numa reunião do grupo dirigente sem ter havido uma reunião geral ou outro tipo de assembleia.

A estrutura de direcção da cooperativa costumava resolver a maior parte dos problemas que surgem no dia a dia. Nas duas últimas reuniões realizadas antes da nossa visita foram resolvidos os seguintes casos:

"Um elemento pediu a outro para trabalhar na sua machamba e disse-lhe que ia pagar com duas rodas de tabaco, mas não o fez. Analizámos a questão e obrigámo-lo a pagar."

"Outro comeu a galinha de outro e não queria pagar. Obrigámos a pagar."

Os problemas que ultrapassavam a competência dos responsáveis de Chitope pela sua gravidade - casos de adultério, preguiça, confusão - eram enviados ao presidente da aldeia sede para resolução. Sobre casos deste tipo o chefe de Chitope apresentou alguns problemas relacionados com a direcção da aldeia Ngapa, tendo afirmado que:

"Se há um Ajaua ou um Matambwe a resolver os problemas não resolve em condições, não dirige bem."

Manifestou apreço pela actuação do Presidente de Ngapa Kuininga, pois ele era de Nonge, "portanto Maconde" e resolvia as questões, "dirige bem."

Daud Jumbé, que é deputado a nível da localidade e membro do Partido Frelimo, (apesar de não se lembrar das datas das suas candidaturas), disse também que tinha levantado as questões na célula do Partido "muitas vezes", mas nunca tinha havido uma resolução.

Chitope, segundo os responsáveis da localidade, não tem nada a ver com cooperativa, mas trata-se, segundo eles, de uma aldeia formada por pessoas que querem viver fora da aldeia oficialmente constituída e demarcada. Quer dizer que, na opinião das estruturas "são rebeldes, pessoas que não querem obedecer". Segundo os dois secretários respectivamente do Departamento de Organização e do Departamento de Política Económica do Partido, a produção agrícola de Chitope é tão baixa que

"este ano vieram trocar cebolas e outras hortaliças por mandioca seca. Nem para comer eles conseguem produzir."

No entanto, conseguimos observar que apesar de terem necessidade de trocar

mandioca, a produção agrícola em Chitope era variada e rica: feijão, tomate, couves. A produção hortícola em todo o distrito tem beneficiado de uma distribuição de sementes feita pelo projecto FO-9. Torna-se no entanto necessário um inquérito e um estudo mais detalhado dos rendimentos obtidos por cada uma das famílias com a cultura das hortícolas, e da razão porque os habitantes de Chitope querem comprar produtos alimentares básicos, como a mandioca.

O futuro da aldeia Chitope está dependente de uma resolução do distrito e da localidade que a consideram "uma formação tribal". Não parecem dispostos a legalizar a sua situação pois consideram que Chitope não é uma cooperativa; nem resolve os problemas da produção, como acontece com Muimbua e Nambungale. Trata-se para as estruturas de um grupo de pessoas que não quer viver na aldeia Ngapa e quer viver no mato sem controlo de espécie alguma por parte do Estado.

Nambungale

A concentração de Nambungale fica situada a quinze quilómetros da sede da localidade de Ngapa, na antiga estrada de terra batida que ligava Ngapa a Negomano.

Na altura da nossa visita viviam em Nambungale cerca de 235 pessoas, estando inscritas na cooperativa segundo os registos escritos existentes, 94 sócios adultos (44 homens e 50 mulheres). Segundo os mesmos registos o número total de membros incluindo velhos, velhas e crianças, elevava-se a 149.

Os actuais habitantes de Nambungale saíram da Aldeia Ngapa em 1976, para fazer as suas machambas nesta região, onde alguns deles estavam instalados antes do início da guerra. O grupo era chefiado por Katembe, capitão mor no período colonial, e que veio a falecer depois da Independência. Katembe no início da guerra vivia no Posto de Mocimboa do Rovuma. Foi preso e enviado para as cadeias da PIDE na Ilha do Ibo e Ponta Mahone em Maputo, sob suspeita de ser um colaborador clandestino da FRELIMO. Só foi libertado das masmorras durante o Governo de Transição.

No que diz respeito à experiência da população durante a Luta Armada de Libertação Nacional podem-se encontrar misturados os "três grupos": os refugiados, os que viveram no aldeamento, e os que viveram nas Zonas Libertadas.

A estrutura de direcção desta concentração é composta por treze pessoas, aparentemente divididas entre uma Comissão de Gestão (4 membros), uma Comissão de Controlo (2 membros) e uma Comissão de Assuntos Sociais (4 homens e 3 mulheres, apresentadas como responsáveis da Organização da Mulher Moçambicana [OMM]). Se bem que formalmente haja esta divisão entre direcção da cooperativa e a outra estrutura, que deveria resolver os problemas sociais de toda a população de Nambungale nenhuma delas funciona independentemente. Todos os problemas eram analisados em conjunto pelos membros da direcção, a qual funciona como corpo único, da mesma forma do que acontece no caso estudado de Chitope.

A divisão nominal -- direcção da cooperativa e assuntos sociais -- foi adoptada para dar legitimidade à cooperativa e à aldeia (demonstrando que vivem em conformidade com as leis) e porque houve orientações para implementar uma direcção em todas as cooperativas de acordo com as normas definidas pela Assembleia Popular.

No entanto, apesar dos nomes formalmente dados, o chamado comité dos assuntos sociais e a direcção da cooperativa aparecem referenciados nos documentos da aldeia como a "baraza" (reunião, comício, encontro). A utilização deste nome swahili significa que é a verdadeira estrutura de direcção da aldeia, mas não que é uma estrutura do tipo "Baraza la Wazee" (conselho dos anciãos) parecida com que Nkavandame queria implantar durante a crise do ano 1968, e ainda que representa um esforço dos camponeses para gerir os seus próprios destinos.

Se bem que estudos mais desenvolvidos tenham que ser realizados sobre a diferenciação social nesta região, os dados de que dispomos não sugerem que a "baraza" seja dominada nem por um grupo de camponeses mais ricos do que a maioria, ou pelos mais velhos. Os membros da "baraza" têm entre uma a três machambas familiares cada um, variando as áreas entre 0,5 ha. e 2 ha.

Segundo o presidente de Nambungale, a "baraza", ou estrutura de direcção actual da aldeia, não tinha nada a ver com o que se fazia no tempo dos seus pais, durante a ocupação colonial. Rejeitou também a opinião de que a "baraza" era uma cópia de estruturas de direcção de aldeias na Tanzânia, dizendo que

"lá [na Tanzânia] as aldeias são chefiadas pelas seguintes pessoas: o presidente e o seu adjunto, o chefe de produção e o adjunto, o secretário e o adjunto."

Os assuntos que são tratados na "baraza" vão desde os problemas ligados ao dia a dia da cooperativa (participação nos trabalhos agrícolas, abertura das machambas), da produção familiar até aos problemas mais gerais ligados à vida quotidiana dos camponeses. As actas e outros registos existentes em Nambungale, muitas vezes escritos em Swahili, reflectem a natureza das deliberações e da própria "baraza".

Numa das sessões foi discutido, por exemplo, um problema apresentado por uma mulher contra o seu marido, acusando-o de não lhe comprar roupa. A "baraza" convocou o marido e ordenou-lhe que deveria comprar. Passados quase cinco meses, a "baraza" reuniu-se de novo para ser informada de que o marido não conseguira comprar vestuário, porque não havia no mercado.

Alguns quadros do Partido e do Estado tentam mostrar que a "baraza" é sinónimo de "poder feudal", ou perguntar qual a relação existente entre este nome e o nome que dava o grupo reaccionário a sua estrutura de coordenação na crise de 1968. Apesar de não se chamarem "baraza", apesar de formalmente se chamarem conselhos executivos, muitas destas estruturas nas aldeias funcionam como as "baraza". A tomada de decisão é feita da mesma maneira. Até os valores defendidos e o conceito de justiça utilizado é o mesmo. Mas como se dá primazia ao factor formal, os quadros do Partido e do Estado estão mais interessados em saber se estas estruturas cumprem ou não

as orientações das estruturas superiores, se apresentam ou não os programas. Poucas vezes se analisa os resultados do trabalho, a forma como são cumpridas as tarefas ou se trabalha durante algum tempo com estas estruturas.

A crítica destas estruturas --os conselhos executivos-- é feita em termos de falta de preparação dos seus membros, o seu grau de alfabetização, ou do cumprimento dos horários. Nunca se tenta perguntar que a estrutura não funcionou porque não estava adequada em termos de acção programada que tinha que desenvolver. A política proposta pelos conselhos executivos não correspondia aos objectivos que se queriam alcançar: o governo dos aldeões exercido pelos próprios aldeões.

A "baraza" de Nambungale é uma estrutura que tenta cumprir as orientações gerais do Partido e do Estado mas numa situação em que o papel do Partido é nulo em termos de defesa dos interesses dos camponeses, e de consciencialização política. Nesse vácuo surgem estruturas que são o reflexo directo da ideologia que os camponeses têm, dos seus conhecimentos e práticas.

Apesar de se terem colocado um pouco, pelo menos fisicamente, fora do controlo da administração local, os habitantes de Nambungale nas suas actuações, respeitam o quadro geral das leis vigentes. No entanto, este respeito não deve esconder o facto que está a surgir na aldeia uma direcção que tem o apoio da população e que podia haver na sua maneira de actuar matéria de reflexão para o Partido e o Estado nos seus esforços de resolver os problemas imediatos da população. Saber se este grupo está a actuar na perspectiva da construção do socialismo levanta ao mesmo a questão de saber se a FRELIMO própria, naquela zona, está efectivamente a criar condições para a construção do socialismo.

Os casos que na opinião da estrutura dirigente ultrapassam a competência da direcção local são enviados para a aldeia de Ngapa para serem resolvidos pelo presidente da aldeia. Um dos casos deste tipo foi o de três pessoas que em 1982 não tinham cumprido com as suas tarefas na cooperativa. Foram enviados para Ngapa, onde estiveram alguns dias como castigo a trabalhar na aldeia.

Nos fins de 1983, devido ao facto do Partido e do Estado não terem legalizado ainda a aldeia, Nambungale era considerada como uma das cooperativas da aldeia Ngapa.

As autoridades locais tentaram tudo desde 1976 para obrigar a população de Nambungale a regressar a Ngapa. Utilizaram-se vários meios para coagir os camponeses a voltar; a queima de casas, o regresso forçado das pessoas para a aldeia e a proibição de habitar nas machambas. Como não foi possível obrigar os camponeses a regressar, as autoridades da aldeia Ngapa decidiram que estes deveriam participar nos trabalhos colectivos na machamba da aldeia, e na limpeza da aldeia sede.

A machamba colectiva foi aberta em 1977-1978, só com os habitantes de Nambungale na zona onde vivem, e a venda dos produtos rendeu só dois mil meticais. No segundo ano, 1978-1979, os habitantes de Nambungale receberam ordens da localidade para participar nos trabalhos de uma machamba colectiva situada perto de Chitope, e na qual deveriam participar também

habitantes de Chitope e Muĩmbua. A primeira machamba foi abandonada.

O rendimento dessa machamba foi de 20.000,00 MT. Mas não se trabalhou mais nela porque chegaram orientações à localidade informando as estruturas que deviam deixar de fazer machambas colectivas e iniciar cooperativas.

O dinheiro proveniente da venda da produção colectiva pelos habitantes destas três aldeias ficou com o Conselho Executivo da Aldeia Ngapa. Esses 20.000,00 MT, em Novembro de 1983, estavam ainda na posse do presidente da aldeia Ngapa existindo já, nessa altura, acusações de desvios de fundos. Segundo os habitantes das três concentrações

"agora só há 15.000,00 MT. Não se sabia o que tinha acontecido ao resto."

Foi convocada uma reunião, e quando os camponeses chegaram, os responsáveis limitaram-se a dizer que o problema já tinha sido resolvido pelas estruturas. Os representantes destas três cooperativas disseram que não ficaram satisfeitos com a explicação dada, porque queriam investir o dinheiro que tinham acumulado na compra de um moinho que seria utilizado por todos.

Esta descrição ilustra os factores que conduziram ao fracasso das machambas colectivas:

! o resultado das colheitas era utilizado pelo conselho executivo numa forma contrária aos desejos dos camponeses, ou era desviado;

! a participação na machamba colectiva era obrigatória, havendo sanções para quem não participasse;

! os resultados finais eram fracos, não só por causa dos factores anteriores, mas também por questões organizativas: incapacidade de gerir a força de trabalho de toda a aldeia, má escolha das culturas, fracos conhecimentos técnicos e inexistência do apoio estatal em termos de gestão e organização da produção.

De 1979 até 1982, não houve nenhuma forma de produção colectiva ou colectivizada, pelo menos em termos de agricultura na aldeia Nambungale. Em 1982 a situação alterou-se com a abertura da machamba da cooperativa. Na campanha agrícola de 1982-83 a cooperativa de Nambungale, com 94 membros, cultivou uma área com 4,5 ha. e produziu milho no valor de 5.830,00 MT e hortaliças que renderam 5.000,00 MT.

A machamba da cooperativa de Nambungale tinha, no fim de 1983, no total cerca de 9-10 ha. divididos por dois talhões. Um tinha cerca de 6 ha., aberto em 1983 e no qual pretendiam semear algodão, gergelim, amendoim e girassol. O outro tinha aproximadamente 3 a 4 ha. e já tinha sido utilizada em 1982; está situada nas margens do Rio Nambungale e será utilizada para o plantio de milho e hortaliças. É um terreno facilmente irrigável.

A área desmatada para a campanha 1983-84 não estava de acordo com as orientações do Seminário das Cooperativas de Namaua, que recomendava a abertura de um hectare por cada três sócios. No caso de Nambungale tinham

que fazer uma machamba com cerca de 30 ha. Segundo o presidente da cooperativa de Nambungale:

"tinham a ideia de abrir um hectare de terreno por cada pessoa [sócio], mas não têm força porque têm trabalho na aldeia, têm que trabalhar nas suas próprias machambas e têm que ir trabalhar na aldeia Ngapa."

Segundo os responsáveis locais, os camponeses de Nambungale trabalham na cooperativa três vezes por semana, "do nascer do sol até às dez horas." No trabalho diário da cooperativa não há metas definidas e o controlo da produtividade é feito pelo grupo de trabalho formado por 15 pessoas. As faltas, controladas pelo secretário, devem ser justificadas e aqueles que não participam são enviados para a Aldeia Ngapa.

O plano da cooperativa foi elaborado pelo comité de gestão após terem sido consultados os cooperativistas em assembleia geral. A direcção da cooperativa não queria abrir a machamba situada perto do rio Nambungale porque o rendimento conseguido com o milho foi muito baixo, devido aos baixos preços oficiais. No entanto, um grupo de sócios defendeu a abertura da segunda machamba alegando que a terra era boa, podia-se irrigar e que deveria ser utilizada para plantar hortícolas. A proposta foi aceite e o plano modificado.

As machambas familiares ocupam a maior parte da atenção dos camponeses, que nesta região têm acesso a terra com certa facilidade, pois a densidade populacional é muito baixa comparada com a do Planalto de Mueda. No entanto têm muitos problemas com os animais selvagens, especialmente elefantes, que destroem as culturas. Explicando as razões porque as áreas trabalhadas na cooperativa são pequenas o presidente de Nambungale disse que a participação dos associados era fraca porque:

"as pessoas não trabalham na cooperativa, porque há falta de roupa. Sem roupa não se pode trabalhar. Só vinte ou trinta pessoas é que têm vontade de trabalhar, os outros não."

Se bem que a cooperativa em Novembro de 1983, parecia mais um pretexto utilizado pelos aldeões para poder viver fora da aldeia Ngapa, ela apresentava os mesmos problemas de mobilização e funcionamento comuns às cooperativas de todo o distrito de Mueda. Em inquéritos efectuados em mais de 20 cooperativas das 60 existentes constatou-se que o objectivo imediato dos camponeses era resolver problemas do abastecimento e fundamentalmente de roupa e capulanas. As estruturas prometiam que as cooperativas teriam prioridade no abastecimento, o que poucas vezes aconteceu.

O problema principal da Aldeia Nambungale é a sua legalização. Quando inquirido sobre a razão porque ainda não tinham pedido a oficialização da aldeia, o presidente disse que tinha medo:

"Quem pode decidir é o governo. O povo não pode decidir porque tem medo."

Em resposta a algumas perguntas específicas sobre a participação política no sentido mais lato dos habitantes de Nambungale, os membros da comissão de assuntos sociais disseram que não participaram nas eleições das Assembleias do povo em 1980. Também não sabiam que eram previstas para 1983.

Sobre o assunto das preparações e dos efeitos do IV Congresso do Partido Frelimo, disseram que o presidente da aldeia Ngapa viera fazer uma reunião para discutir as teses que iriam ser apresentadas. Os habitantes fizeram então nessa reunião preparatória, em Abril de 1983 propostas e sobre a falta de roupas, o mau funcionamento dos serviços de saúde, sobre a escola:

"Não vimos nenhum resultado das nossas propostas. Não temos a certeza de que algum dia a resposta virá."

A Operação Produção é vista como um efeito do IV Congresso:

"Isso aqui quer dizer fazer trabalhar nas machambas as pessoas que não querem trabalhar."

A indicação mais concreta do envolvimento dos habitantes de Nambungale no IV Congresso foi um presente:

"Enviamos um dente de marfim ao Congresso."

Muitos dos actuais habitantes de Nambungale viveram nesta mesma zona no tempo colonial, mas a razão principal que os levou a vir viver para esta zona agora é a qualidade das terras de cultivo:

"Aqui as coisas crescem muito depressa."

A posição das estruturas do distrito e da localidade quanto a Nambungale é que se trata de uma aldeia que tem boas condições para a produção e que aqui vivem pessoas que são da confiança da FRELIMO. O primeiro secretário do Partido, Clemente Mandiandia mostrou-se disposto a legalizar a aldeia Nambungale na altura. Mas é preciso estudar melhor porque esta população recebeu um tratamento diferente das outras em situações idênticas. Não seria que aqui se teria já concretizada uma aliança entre antigas estruturas políticas "tradicionais" e conservadoras e a FRELIMO.

Muímbua

Das aldeias desagregadas é aquela que fica mais perto do Rovuma a cerca de 25 quilómetros da sede da localidade. É também aquela que melhores condições oferece para a agricultura - os solos são férteis e húmidos. O Rio Rovuma fica situado a cerca de 5 quilómetros da aldeia que é atravessada pelo rio Muímbua, um dos afluentes do Rovuma com água durante todo o ano. A aldeia tem cerca de 500 habitantes no total, contando a cooperativa formada em 1982 com 304 membros (130 homens e 174 mulheres), segundo os registos mantidos pelo secretário da cooperativa. Muímbua é uma aldeia formada na sua maior parte por camponeses de expressão Ajaua, islamizados, e que durante a Luta Armada de Libertação viviam refugiados na Tanzânia. No tempo colonial alguns deles viviam nas proximidades da região onde vivem hoje em dia. Com o fim da guerra, uma boa parte dos residentes actuais de Muímbua regressaram da Tanzânia e foram encaminhados pelas autoridades moçambicanas, que

organizaram a sua recepção, para a Aldeia Ngapa onde se fixaram. Alguns deles começaram a fazer as suas machambas individuais na zona de Muimbua já em 1976, tendo os outros começado a abrir progressivamente os seus campos, de tal forma, que em 1980 todos os que em 1983 viviam na aldeia, já habitavam na zona.

A relação com a aldeia Ngapa sempre foi muito difícil, porque a direcção queria que todos, apesar de terem as suas machambas individuais fora da Aldeia Ngapa, ali deveriam ter as suas casas permanentes. Muitas vezes foram obrigados a abandonar as suas casas em Muimbua, que foram queimadas pelas estruturas, e a regressar a Ngapa. Ainda hoje, quando o conselho executivo de Ngapa organiza uma actividade colectiva, os habitantes de Muimbua têm que se deslocar a pé, percorrendo os 25 quilómetros, para cumprir com a obrigação.

No fim dos anos setenta os residentes desta concentração estiveram envolvidos no processo de formação das machambas colectivas conjuntamente com os habitantes de Chitope e Nambungale. Estes trabalhos só terminaram em 1980 e realizaram-se algumas vezes na zona de Chitope e nas proximidades de Muimbua. Os dirigentes de Muimbua calculam que o total dos rendimentos deste trabalho na machamba colectiva orçava em cerca de 15 contos porque a machamba não deu bons resultados. Como já nos referimos a propósito de Nambungale, o dinheiro tinha ficado nas mãos do presidente da aldeia sede, havendo um conflito em torno do montante e da utilização dos fundos.

Apesar da machamba colectiva ter sido abandonada em 1980, altura em que chegou a orientação para iniciar cooperativas agrícolas, só a iniciaram dois anos depois em 1982-83, quando abriram duas pequenas machambas, totalizando cerca de 7 ha. - três perto da aldeia e quatro no rio Muimbua. Do total dos rendimentos de 13.000,00 MT dessa primeira campanha utilizaram 6.500,00 MT para comprar catanas e enxadas para a cooperativa. O resto do dinheiro está guardado pelo presidente da cooperativa.

Sobre a utilização do dinheiro acumulado dizem que, se houver capulanas à venda, irão utilizar o fundo da cooperativa para comprar roupa, que será dividida segundo as necessidades dos associados. Em primeiro lugar vão dar aos mais necessitados, e, se surgirem problemas na distribuição, a direcção vai tentar resolver o problema.

Na campanha agrícola 1983-84 estava prevista a abertura de uma área de 45 ha. Devido ao número de sócios, (300), e de acordo com o Seminário de Namaya, deveriam trabalhar cerca de 100 ha. Em Novembro de 1983 tinham ampliado a machamba da cooperativa de 3 para 12 ha. A machamba situada perto do Rovuma tinha já 8 ha. preparados.

O regime de trabalho que tem vindo a ser seguido na cooperativa de Muimbua é o seguinte: 3 dias por semana na machamba familiar e 2 dias na machamba cooperativa. Os sócios estão organizados em secções de 20 pessoas. As faltas são controladas e cuidadosamente anotadas pelo secretário, indivíduo por indivíduo e mês por mês, nos registos da cooperativa. Normalmente não há ausências cuja justificação não seja do conhecimento da direcção da cooperativa:

"Quando as pessoas não vêm, sabemos que foi para o hospital ou foi comprar alguma coisa. A pessoa que não vem ao trabalho, não recebe."

Se bem que os membros da comissão de gestão digam que a cooperativa não foi formada só para cumprir orientações mas, sim, para

"conseguir comida e para ter dinheiro para resolver os nossos problemas pessoais,"

É óbvio que o sector cooperativo é muito fraco, se atendermos ao número de cooperativistas que se diz existir. Os dados quantitativos fornecidos são também bastante duvidosos, variando entre 5 e 14 brigadas de 20 pessoas cada. Há muitos velhos, já sem idade de trabalhar na cooperativa, que estão incluídos na lista dos sócios.

A cooperativa de Muimbua mostrou, ao nível de formação e funcionamento, os mesmos problemas que Chitope e Nambungale. Em Muimbua os cooperativistas tornaram clara uma outra razão para a sua entrada na cooperativa, e que é comum a todo o distrito: a obtenção de abastecimento, sobretudo roupa através da produção cooperativa. É também claro que, para além destes problemas gerais, o factor mais importante para a formação da cooperativa, como em Chitope e Nambungale, é a tentativa de legitimar a sua fixação fora de Ngapa-sede.

A fraqueza do sector cooperativo em relação ao sector familiar é visível se compararmos as superfícies cultivadas nos respectivos sectores. Como já foi dito, as machambas cooperativas cobriam no fim de 1983 não mais do que 20 ha. no total, visto que, segundo os dirigentes locais, cada família tinha mais ou menos 3-4 ha. em machambas familiares. Com respeito aos membros da direcção temos dados mais detalhados sobre as áreas das suas machambas pessoais. Estes dados não contradizem a média mencionada de 3-4 ha. para todos os aldeões, porque, segundo o que nos disseram, os 15 membros da direcção de Muimbua têm uma média de 4,4 ha. cada um. A superfície total do sector familiar deve ser muitas vezes maior do que a do sector cooperativo - o que de qualquer modo foi confirmado por uma simples inspecção visual.

A estrutura da direcção da cooperativa é constituída por 15 pessoas, dos quais sete são velhos e dos restantes fazem parte alguns indivíduos que têm capacidade para escrever. Formalmente esta estrutura dirigente está dividida em Comissão de Gestão (quatro membros: presidente, chefe de produção, secretário, tesoureiro), Comité dos Assuntos Sociais (nove membros, incluindo duas mulheres apresentadas como responsáveis da OMM) e a Comissão de Controlo (dois membros). Todos os assuntos são discutidos em reunião de todos os quinze membros, não havendo na prática diferenciação de funções. A comissão de gestão foi reestruturada depois do seminário sobre cooperativas organizado pelo FO-9 em Nanhandá nos dias 27-29 de Outubro de 1983. No entanto, nas reuniões regulares da direcção, aos sábados, participam todos os responsáveis incluindo os do Comité dos Assuntos Sociais.

Não existe na aldeia Muimbua juiz especificamente designado, mas são resolvidos pela direcção local os problemas que os nossos entrevistados consideram mesquinhos --roubos de galinha, faltas de pagamento de dívidas, por exemplo. Os problemas mais graves --como adultérios ou catanadas-- são canalizados para a estrutura da aldeia Ngapa. No dia 31 de Outubro de 1983 realizou-se uma reunião geral de toda a aldeia Muimbua em que estiveram presentes todos os residentes à excepção de 25 pessoas. Não existem

registos das reuniões gerais nem das da direcção. Segundo os responsáveis da aldeia realiza-se mensalmente uma reunião geral para analisar e criticar o andamento dos trabalhos da cooperativa.

Muimbua tem sido visitada por diversas delegações tanto do distrito como da localidade. As delegações do Partido vieram preparar o IV Congresso e divulgar as decisões finais e que foram compreendidas ao nível da aldeia como sendo as seguintes: aumento das áreas de cultivo das machambas familiares, aumento da vigilância contra os Bandidos Armados e não Armados, e o chicote --que deveria ser "aplicado aos homens confusos e aos que não trabalham."

Os habitantes de Muimbua tinham apresentado nessas reuniões as suas propostas para a resolução de alguns problemas que afectam a sua vida: reparação das estradas e pontes, água, bombas para irrigação, medicamentos, roupa, nudez e saúde. No entanto, ainda não tinham visto nenhum efeito das suas propostas. Entre os problemas principais que a aldeia enfrenta é de se notar a carência de meios para produzir. Nas palavras dos próprios elementos dirigentes de Muimbua

"necessitamos de um tractor para abrir as zonas baixas onde só há capim, de um tractor de esteiras para derrubar o mato e técnicos agrícolas. Os preços dos produtos agrícolas são muito baixos e a pessoa que trabalha muito recebe pouco."

Devido à distância existente entre Muimbua e Ngapa o problema do acesso à escola é mais agudo do que em Nambungale, onde contudo também se faz sentir duramente. Como o Estado não está disposto a mandar professores para uma aldeia ilegal, as crianças ou marcham os 25 quilómetros que as separam da escola da aldeia Ngapa ou ficam sem poder ir à escola até à resolução do problema jurídico e político da situação legal da aldeia. Os membros da estrutura dirigente da aldeia apresentam como sua preocupação fundamental conseguir a legalização da aldeia, mas acham que "o Partido e o Estado estão a hostilizar."

No que diz respeito às ligações político-institucionais entre Muimbua e os níveis superiores do sistema político, notamos que dois residentes da aldeia são deputados da Assembleia do Povo da localidade de Ngapa. Segundo um dos deputados, um ancião membro do comité dos assuntos sociais de Muimbua, os deveres de um deputado são

"defender o povo, tratar de discutir as dificuldades do povo na assembleia, representar os seus sentimentos."

No entanto, diz que

"não sabe porque a assembleia não funciona."

Foi eleito pela população a partir de uma proposta apresentada pela direcção da aldeia Ngapa. Na altura em que o entrevistámos sabia que as eleições de 1983 tinham sido adiadas mas ignorava as razões.

Claramente este homem colocou uma questão de fundo, que alguns dirigentes ainda não compreenderam, ou que pretendem não compreender, a saber, quem é, na prática, no dia a dia, que está a assumir a defesa dos

interesses do povo?

Por enquanto pode-se concluir que as autoridades políticas e administrativas são mais favoráveis à legalização de Muĩmbua do que de Chitope, mas menos favoráveis do que para Nambungale. Reconhecem as boas condições para a agricultura existentes em Muĩmbua, mas têm reservas sobre a natureza política da sua direcção.

Desenvolvimento da Situação

Em Setembro de 1984 a localidade de Ngapa já tinha um novo administrador, Cilia. É um quadro da FRELIMO, originário de Mueda e que combateu durante a Luta Armada no terceiro sector da Província de Cabo Delgado.

A situação sob o ponto de vista político e administrativo se mantinha na mesma, estando o administrador empenhado em fazer um levantamento da situação e organizar as estruturas locais. Sob o ponto de vista do abastecimento e da comercialização se notaram algumas melhorias com a chegada de roupa usada, localmente chamada roupa "Asante", (Kiswahili: "obrigado"). Também chegaram e de produtos de primeira necessidade no quadro do reforço feito pelo Estado dos fundos de mercadorias para a comercialização agrícola no distrito através de vários métodos. Uma das fontes para aumentar este fundo foi o estabelecimento do projecto financiado pelo CRIAA, Centre de Recherches Internationales d'Afrique Australe.

Uma modificação importante na região se deu em Outubro-Novembro de 1984, com o início das actividades dos bandos armados nesta região. Algumas aldeias da localidade foram atacadas e destruídas. A captação de Chomba que fica nas proximidades de Lunango, uma das aldeias da localidade administrativa de Ngapa, foi atacada tendo sido queimado o motor. Lunango, Matio, Magogo são as três aldeias que foram atacadas tendo Lunango e Magogo sido queimadas.

Opiniões dentro do distrito pretendem associar a presença dos bandidos armados com o fenómeno da desagregação. Não foi possível estabelecer qualquer correlação entre a acção dos bandidos armados e a movimentação dos camponeses. No entanto, a desagregação indica a existência de contradições, e de fontes de descontentamento, que os bandidos armados poderão tentar aproveitar.

A interpretação da desagregação como uma acção inimiga risca de fazer pensar só numa reacção militar enquanto que, como no tempo da Luta Armada, a solução só podera ser politico-militar. Por acaso, neste momento, uma das decisões tomadas pelo novo administrador da localidade de Ngapa foi a de juntar Chitope, Nambungale e Muĩmbua numa só cooperativa, instalada numa zona, nas proximidades de Muĩmbua. Decidiu também retirar todos aqueles que viviam nas concentrações para a aldeia de Ngapa. Na cooperativa só podem viver temporariamente os que estão a trabalhar. Cada família deve viver na aldeia sede. Era possível entender esta decisão no contexto militar da região. Há notícias de uma tentativa por parte dos bandidos armados de organizar uma penetração de armas e homens.

No entanto quaisquer que sejam os erros de julgamento dos quadros

locais da administração e do Partido, este facto revela também a fraqueza das estruturas e uma certa não actuação do Estado e do Partido ao nível central. Tanto a localidade de Ngapa como o distrito de Mueda não tem recebido a qualidade do apoio que como antigas zonas libertadas deveriam ter recebido, tanto em termos materiais como em termos de capacidades técnicas e políticas.

A desagregação, tem sido originada na falta de uma base material para as aldeias; estes nem constituírem uma alternativa, em termos de fornecimento de incentivos para que levassem os camponeses a optarem em viver nas aldeias e não espalhados no mato. Mas este movimento ocorreu fora do controlo das estruturas do Estado. Se estes foram capazes de considerar autocriticamente a sua actuação, podiam talvez relançar a formação de aldeias comunais, pelo menos situadas perto da água e dos locais de cultivo dos camponeses.

Esses locais tem condições naturais que, com pequenos investimentos, poderiam ser transformadas em unidades de produção que permitiriam o estabelecimento de unidades familiares ou cooperativas que teriam uma contribuição a dar no desenvolvimento económico do distrito de Mueda. Cerca de 100 ha. podem ser irrigados em Muimbua só com pequenos trabalhos de hidráulica.

CAPITULO III: PODER POPULAR EM NANDIMBA:
UM PROBLEMA DE TERRA, ABASTECIMENTO E DESAGREGACAO

Introdução

Criada durante o Governo de Transição, a aldeia de Nandimba encontra-se a cerca de 10 quilómetros da sede do distrito, na estrada que liga Mueda a Ngapá. A caminho de Nandimba, sensivelmente a meio do percurso, o viajante passa por Nambavala, uma povoação construída por antigos residentes de Nandimba que aí se começaram a fixar nos princípios de 1982. Em 1984, após a nossa visita, Nambavala foi destruída e os seus habitantes foram distribuídos entre a vila de Mueda, a aldeia de Chapa e a aldeia de Chudi. Esta medida foi tomada pelas autoridades por terem considerado que Nambavala era um desafio às orientações do Governo por indivíduos que queriam recriar o poder dos régulos.

Segundo os dados do Recenseamento Geral da População de 1980, Nandimba tinha na altura 670 agregados familiares e 3600 pessoas. Nambavala tinha aquando da investigação 260 agregados, dos quais provavelmente 150-200, eram antigos residentes de Nandimba. Na aldeia Nandimba existem uma célula do Partido, criada em 1978, um Conselho Executivo formado em 1979 e uma Assembleia do Povo eleita em 1980. A aldeia está dividida em três bairros com um total de 28 quarteirões, cada um com cerca de 25 casas. Tem uma escola e um Tribunal Popular.

A base da produção é a machamba familiar. Após algumas tentativas abortadas de criar machambas colectivas, está em formação uma cooperativa agrícola. Na aldeia existe uma cooperativa de escultores, formada no tempo da Luta Armada. Funciona também uma cooperativa de consumo cuja direcção e associados são idênticos aos da cooperativa de escultores.

A investigação abrangeu todos os órgãos do Partido e do Estado, as organizações democráticas das massas (ODM), e as cooperativas. Além disso, foram incluídos antigos combatentes, ex-dirigentes da aldeia e "donos de terra" indicados pelos habitantes da aldeia.

Em Nambavala foram entrevistados os autodenominados responsáveis da concentração, uns velhos que tinham sido apontados como sendo os impulsores do processo e todos os membros e ex-membros de estruturas estatais e políticas de Nandimba. Mais dados sobre a desagregação foram colhidos em entrevistas feitas com residentes da Mueda sede, bem como com responsáveis do distrito de Mueda.

O Sistema Colonial: Posse de Terra, Likola e Administração Estatal Local

A vila de Mueda era a sede administrativa da Circunscrição dos Macondes. O administrador colonial vivia na Vila controlando o Planalto através de uma hierarquia de administradores de posto, régulos, cabos de terra e chefes de povoação. Cada régulo tinha a sua área administrativa dividida por chefes subalternos cuja denominação no Planalto actualmente é bastante variada. Muitas vezes os subordinados dos régulos são chamados cabos, chefes de terras etc. ou outras vezes são designados por capitães-mores e waziri, designação inicialmente dada aos seus funcionários pela Companhia do Niassa que introduziu o sistema das "autoridades gentílicas" na região.

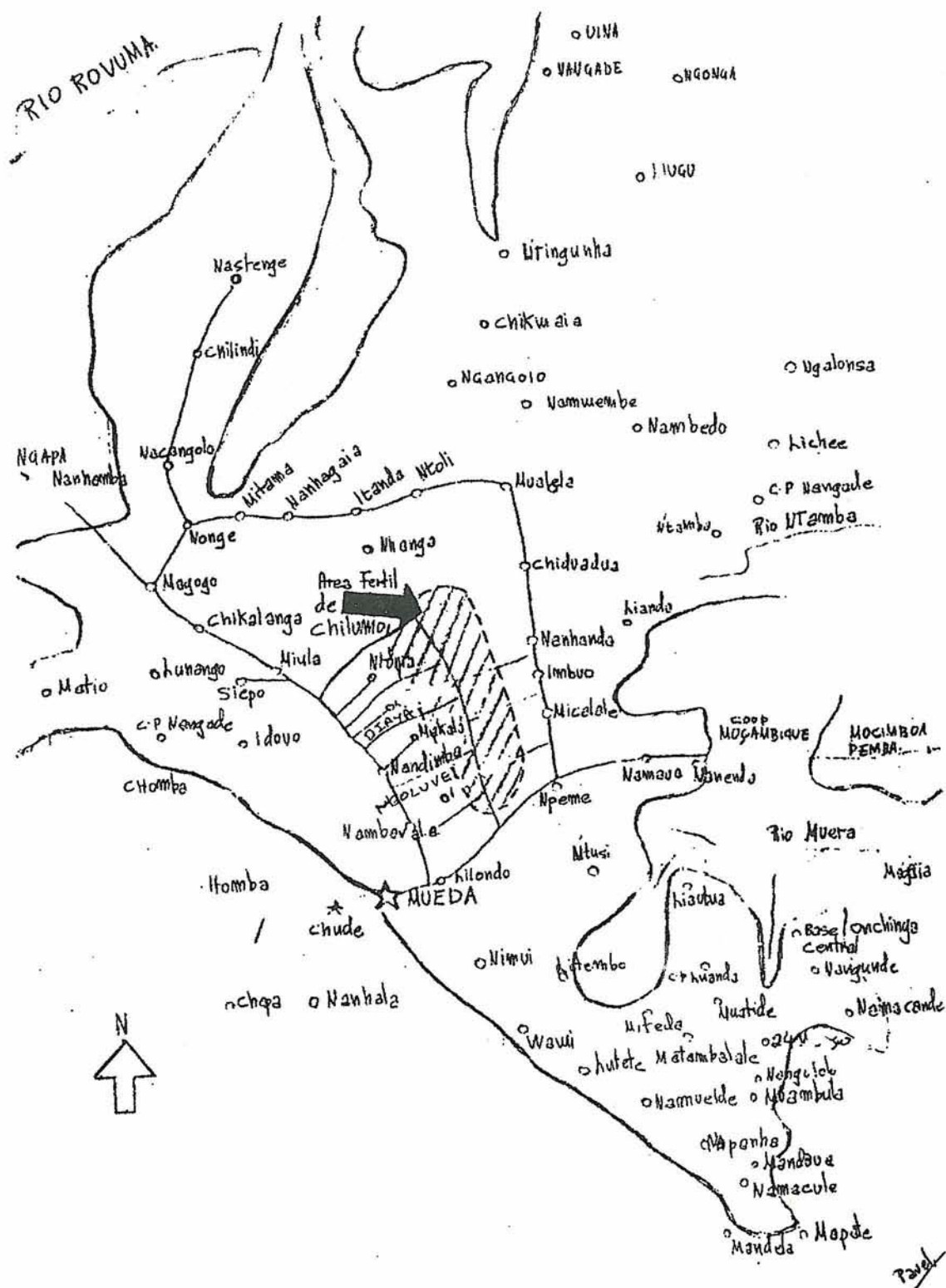
A actual aldeia de Nandimba está situada mais ou menos no centro da região que anteriormente era administrada pelo régulo Mbavala, um dos régulos mais importantes da Circunscrição dos Macondes. A sua importância vinha das suas ligações com o estabelecimento do Estado Colonial nesta região. Mbavala fora capturado pelas tropas portuguesas que tentavam ocupar o Planalto na região de Mocimboa da Praia, tendo passado a partir daí a ser um colaborador dos portugueses na ocupação.

A área que administrava estava localizada nas proximidades de Mueda, ficando a sua povoação, sede do regulado, a cerca de quatro quilómetros de Mueda. Os seus capitães-mores eram Makala, Diaya e Ntonia. Existiam neste regulado os seguintes waziri: Ngoluve, subordinado ao régulo, Nampatima e Maliva, subordinados ao Diaya.

Com a ocupação, e com a criação das estruturas administrativas coloniais, o sistema de posse de terra passou a estar intimamente ligado à hierarquia colonial. Nas áreas mais férteis e densamente povoadas, o acesso à terra e o poder político derivado da posição no Aparelho de Estado Colonial reforçaram-se mutuamente. A terra, ou o acesso à terra começou a ser gerido como se fosse propriedade privada dos antigos régulos. A distribuição geográfica dos próprios agentes do estado colonial estava ligada à posse de terra dos próprios agentes, porque na região que estava sob sua responsabilidade era aquele que regulava todos os conflitos de terra, estabelecia os limites ou legitimava a propriedade. O mapa na página seguinte torna mais clara a situação.

A carta mostra uma parte do sistema actual de picadas, modificado somente um pouco desde o período colonial. Além disso, a carta mostra a área fértil de Chilumo (círculo de linha quebrada), e a divisão de terra no tempo colonial. A área administrativa de Mbavala estava dividida em quatro partes conforme a hierarquia político-administrativa. Cada divisão englobava uma parcela da região mais fértil de Chilumo. A linha entre a área administrativa de Mbavala e as áreas das aldeias na picada Mpeme-Nanhanda foi claramente marcada pela administração portuguesa, evitando assim conflitos sobre limites de machambas entre as povoações situadas nos flancos de Chilumo.

Desta descrição podemos concluir que o Estado Colonial estava envolvido no processo de regulamentação da posse de terra, e que os régulos, capitães-mores e waziri estavam a beneficiar deste processo, fortalecendo-se assim o processo de privatização da terra entre os anos 1930 e 1960. Durante



este período, o padrão de propriedade e herança da terra mudou, favorecendo as pessoas ligadas aos oficiais do Estado Colonial.

As informações até agora recolhidas fazem nos reter a hipótese, que nesta região existia uma sociedade em transição, em que a posse da terra estava a ser privatizada, e a ligação com o Estado Colonial era um meio que favorecia a concentração destes recursos entre aqueles que o serviam. A integração do distrito de Mueda no sistema colonial português e os efeitos de determinadas políticas tais como os impostos, o trabalho forçado, o trabalho migratório, as missões e o sistema educacional, as concessões de terra - por muito pequenas que sejam em Mueda - a colonos e às missões católicas contribuíram para a transformação política, social e económica da região. As formas de poder e as formas de produção, os processos de formação e luta de classes já não eram influenciadas só pelas antigas relações. Algo de novo tinha surgido.

A Luta Armada de Libertação Nacional e a Formação da Aldeia Comunal de Nandimba

Aquando do início da luta armada, as pessoas que não ficaram concentradas no aldeamento de Mueda ou que não se refugiaram na Tanzânia, retiraram-se dos locais onde viviam para zonas de difícil acesso sob a orientação das estruturas da Frente de Libertação de Moçambique. O capitão-mor Makala recusou-se a obedecer, tendo permanecido na sua povoação e continuando a colaborar com os Portugueses; pelo que foi executado pela FRELIMO. Com efeito, esta movimentação da população introduziu modificações no poder dos donos de terra.

Uma das zonas em que a população se concentrou durante a guerra foi na área da antiga Nandimba, localizada em Chilumo, provavelmente na região de Ntonia, numa zona não cultivada, de mato fechado; razão pela qual era designada por Nandimba "Namue" que significa "fica escuro durante o dia". Nandimba era uma localidade de que faziam parte vários círculos. Com o desenvolvimento da guerra, a população que fugira para o mato passou a ser organizada pela Frente. Para além das suas estruturas políticas FRELIMO também criou um sistema administrativo, um sistema de saúde e um sistema de abastecimento. Neste período as formas colectivas de produção eram muito fracas se bem que a partir de 1970 a sua organização se tenha processado com uma certa intensidade.

Apesar da produção ser realizada em machambas individuais espalhadas pela floresta para evitar os ataques portugueses, havia certas machambas que eram trabalhadas colectivamente pelos aldeões sózinhos ou com os soldados. A produção desses campos colectivos era utilizada para alimentar escolas, hospitais, infantários ou, mesmo bases. Mas o grosso da alimentação para a guerra vinha de contribuições feitas pelos camponeses que no fim de cada colheita entregavam dois cestos (makalalas) de cereais aos quadros do FRELIMO encarregados dessas tarefas. Para além da contribuição regular, os comités locais da FRELIMO recolhiam muitas vezes contribuições

extras para fins específicos: alimentar alguma delegação vinda do exterior, abastecer alguma zona em que os soldados não tinham comida.

Um sistema em que os assuntos do dia a dia eram resolvidos colectivamente com a participação dos camponeses nas decisões foi surgindo. A guerra era o principal obstáculo mas apesar da dureza da situação a FRELIMO que organizava esta vida foi capaz de encontrar soluções para uma série de problemas da população como roupa, abastecimento, armas, saúde e educação.

As descrições e análises sobre a vida nas zonas libertadas, mesmo as feitas pelos indivíduos que viveram o processo acabam a não mencionar as dificuldades enfrentadas. O acento tónico é colocado no resultado da luta: a vitória contra as forças coloniais. Poucas vezes se menciona os problemas que muitas famílias tiveram que enfrentar por que tiveram que viver separadas, ou os mortos nos ataques, ou a fome e a sede, não só nos avanços mas também no primeiro e segundo sector. (ver mapa)

Um dos aspectos que também é tratado do mesmo modo é o da organização social. Com a saída das povoações donde viviam no tempo colonial e a retirada para zonas mais remotas, os habitantes de povoações próximas uma das outras continuavam a viver no mesmo local. Normalmente os vizinhos de uma comunidade espacialmente definida, como, por exemplo, do território de um capitão-mor, se concentraram no mesmo local. Ao nível do povoamento houve uma continuidade do sistema colonial. Mas o que mudou foi o tipo de relações sociais. E também verdade que já não se vivia no mesmo tipo de povoações. As casas ficavam escondidas na floresta aproveitando a cobertura vegetal, para não serem descobertos pela aviação portuguesa, mas na maior parte das vezes os vizinhos eram os mesmos.

As estruturas criadas durante a guerra, os comités, no seu funcionamento introduziram um processo de resolução de problemas, de administração totalmente diferente das práticas coloniais. Para já as próprias estruturas passaram a ser preenchidas, na maior parte, por indivíduos que não eram colaboradores do regime. Mas nos casos em que o eram, o modo de funcionamento da FRELIMO fez com que, ou se modificassem, ou se juntassem ao inimigo. Um exemplo ilustrativo deste processo pode ser encontrado na crise das duas linhas em que os chairmen e o seu leader Nkavandame se associaram aos portugueses.

O funcionamento deste sistema não se fazia sem contradições, mas a população sentia-se como participante, como tendo uma quota parte nas decisões, e na acção. A identidade era tão grande que mais tarde, depois do III Congresso, quando foi oficializado o Partido Frelimo e se fez uma recolha de candidaturas, uma boa parte da população não compreendia o processo dizendo o seguinte: "Perguntam se eu quero ser membro da FRELIMO, mas quem é a FRELIMO? Somos nós."

Esta consciência não foi criada tanto pelo facto de viverem na mesma realidade geográfica, mas sim porque participavam no mesmo processo político. O círculo da luta armada era um telheiro no meio da mata onde os comités se reuniam. Havia uma unidade de vida política e económica, mas não era por causa duma concentração geográfica.

Após o cessar-fogo, a direcção da FRELIMO decidiu consolidar esta

experiência de vida colectiva, passando a um nível mais elevado: não só comunidades integradas em estruturas políticas comuns, mas sim em unidades físicas comuns, isto é em aldeias. A palavra de ordem que foi dada era a seguinte: Os habitantes do distrito de Mueda não poderiam viver como viviam antes da guerra, em povoações espalhadas; pelo contrário, cada localidade da luta armada deve formar uma aldeia. Esta orientação não tomou em conta que a unidade em que se articulava a vida da população, não era a localidade mas sim o círculo. Criaram-se aldeias em que os bairros eram de facto unidades políticas, administrativas e económicas. Esta incompreensão da realidade levou também a concentração de grandes números de pessoas em aldeias muito grandes. Era assim que, em Nandimba, os habitantes de cada círculo se aglomeraram em bairros nos quais tentaram recriar, em novas condições, as comunidades em que viviam durante a guerra.

Estas acções limitaram a capacidade da FRELIMO em consolidar as experiências das zonas libertadas nas novas aglomerações. As estruturas políticas diferentes da aldeia e do bairro, eram na prática uma reprodução uma da outra. Ainda por cima, a organização dos bairros, em termos de likola e lugar de origem, favoreceu contactos pessoais, e o reestabelecimento de relações sociais e ideológicas, mesmo no seio das pessoas que tinham trabalhado dentro da FRELIMO durante a Luta Armada.

No fim da guerra a situação na área de Chilumo alterou-se com a chegada dos regressados da Tanzânia e dos aldeados, quer dizer, os que tinham vivido nas zonas controladas pelo inimigo. Nessa altura, em que já se tinha verificado uma certa movimentação da população na região, a FRELIMO divulgou a sua orientação sobre a formação de aldeias mais vastas. O início deste processo foi marcado por uma forte discussão entre os habitantes de Chilumo sobre o local onde deveria ser estabelecida cada aldeia. Cada um lutava para que a aldeia ficasse instalada no local onde tinham vivido antes da guerra, isto é, nas terras onde viviam e produziam. No caso de Nandimba, este conflito não foi resolvido entre os residentes, até que interveio, numa das suas visitas, o então Governador da Província de Cabo Delgado, Raimundo Pachinuapa, dando a orientação para localizar a aldeia no sítio onde está actualmente.

No entanto, esta decisão não pôs fim ao conflito entre os diversos grupos formados por indivíduos que no tempo colonial viviam num mesmo local. Quando a nova aldeia foi construída havia quatro bairros: Nandimba, Vopande, Miadi e Miumo, nomes de locais da região e que tinham servido também para identificar os círculos da Luta Armada.

Mais tarde a aldeia foi redividida em três bairros. O bairro Nandimba foi eliminado tendo sido divididas as casas entre os bairros de Vopande e Miumo. Os três bairros actuais foram formados com base nos três grupos que argumentavam entre si sobre a localização da aldeia. Embora haja uma mistura de pessoas quanto à sua likola em cada um dos bairros, no bairro Miumo predominavam as famílias ligadas ao Mbavala e Ngoluve. Nos outros bairros encontravam-se agregados ligados às likolas de Makala, Diaya e Ntonia. A separação em termos de likolas nunca foi de cem por cento, não se podendo dizer que cada bairro corresponde a uma determinada likola. A situação se tornou mais complexa ainda com a chegada de pessoas que não eram originárias desta parte do Planalto.

Estruturas Políticas e Estatais: Criação e Desenvolvimento

Os Primeiros Anos:

A Reestruturação Política e Administrativa das Zonas Libertadas

A situação dos primeiros anos no que se refere à direcção da aldeia Nandimba é bastante complexa. Há indicações de um movimento alto dos dirigentes até 1978 quando foi criada a célula do Partido e 1979, ano da criação do Conselho Executivo.

Não foi possível identificar exactamente a sequência dos presidentes da aldeia nestes primeiros anos, nem as alterações graduais na composição do Grupo Dinamizador ou direcção inteira. Contudo, a seguir ao grupo original de dirigentes deve ter havido pelo menos quatro presidentes, um dos quais era presidente da aldeia Lipelwa e que acumulava a direcção de Nandimba. Entre os factores atrás desta situação devem constar primeiro, os conflitos sobre a localização territorial da aldeia, que eram no fundo a articulação duma luta de poder entre grupos de origens diferentes, cuja última manifestação foi a desagregação dos descendentes de Mbavala. A ligação dos antigos dirigentes com likolas -- e assim com o controlo da terra -- é um aspecto importante deste período.

Pode-se analisar da mesma maneira o papel dos antigos combatentes em relação aos regressados e a outros que não participaram na luta armada. Embora o primeiro grupo tenha participado na criação e montagem da aldeia, elementos do segundo grupo vieram dispersos num período mais prolongado. Na altura da criação da aldeia, alguns dos antigos combatentes foram indicados por responsáveis do governo de se retirarem e de se concentrarem na produção familiar. Outros tomaram cargos na aldeia, mas foram suplantados pelos regressados e outros, que se aproveitaram das suas habilitações para conquistar o poder. Neste processo aproveitaram-se também de posições tomadas pelas estruturas superiores. Devido às novas condições resultando da forma como foram criadas as aldeias, estes grupos passaram também a dispor de uma base material poderosa. Com o estabelecimento das aldeias comunais nos antigos locais das povoações coloniais, aqueles que viviam nessas zonas e onde portanto tinham as suas terras, passaram a controlar o acesso à terra. Os restantes camponeses se não tivessem terras perto da aldeia, tinham duas hipóteses: ou trabalhavam nas suas terras, normalmente situadas longe, ou pediam terra aos donos de terra locais.

Dos veteranos que tiveram cargos nos primeiros anos da aldeia, alguns foram afastados ou demitiram-se para não voltar mais a posições de responsabilidade. Outros não chegaram a ser membros do Partido, contudo continuaram a manter ligações com a direcção através de cargos "menos pesados". Uns poucos, quando chamados nos últimos anos a tomar posições de novo na direcção, aceitaram. Porém, as observações levam nos a concluir que em termos gerais os veteranos da luta ainda hoje são uma reserva de recursos humanos politicamente conscientes mas que não são aproveitados devidamente. A existência desta tendência ao nível nacional foi também constatada pelo Partido Frelimo em várias ocasiões, sendo uma delas o IV Congresso.

A Estruturação do Partido ao Nível de Nandimba

A célula do Partido foi criada em Abril de 1978 durante a campanha de estruturação do Partido. A lista das candidaturas foi elaborada por uma brigada da sede distrital em conjunto com os responsáveis da aldeia e tomando em conta as exigências para ser membro do Partido. Foram incluídas na proposta 28 pessoas, todas elas apoiadas pela população que discutiu as suas candidaturas numa reunião geral da aldeia.

Na lista de candidatos figurava os nomes de cinco mulheres. Vários dos dirigentes da aldeia e veteranos da Luta Armada não se puderam candidatar por serem polígamos. No entanto, continuaram a desempenhar cargos do Estado até à criação do Conselho Executivo em 1979. Há uma discordância entre as fontes relativas aos membros do Partido. Contudo, em termos gerais o desenvolvimento numérico é o seguinte. Dos 28 membros iniciais, três ou quatro saíram na desagregação para Nambavala. Continuam a ser membros da célula de Nandimba mas têm problemas em participar na vida quotidiana da célula. Na cerimónia de entrega de cartões do Partido, o que teve lugar antes do IV Congresso, foi feito um levantamento de cada membro resultando que cerca de meia dúzia de membros foram denunciados como polígamos. No entanto, a posição destes últimos tem de ser esclarecida, visto que um polígamo membro do secretariado da célula não só recebeu cartão como também foi mandado participar no IV Congresso. Contudo este problema enfraquece a célula.

Depois da criação da célula não se realizou nenhuma campanha para obter mais candidaturas. Embora duas pessoas tenham manifestado o desejo de se candidatarem ao Partido, a célula não aceita novas candidaturas mesmo que sejam de antigos combatentes. Não nos foi possível estabelecer se houve ou não eleição do secretariado na campanha de preparação do Congresso. Em 1982 foram substituídos dois membros do secretariado que tinham saído da aldeia para irem viver em Nambavala. No entanto, esta substituição não foi feita através do processo de eleições.

A Assembleia do Povo e o Conselho Executivo

De acordo com as orientações superiores, foi criado o Conselho Executivo da aldeia em 1979. Isto não foi só uma mudança de nome. Conforme directivas, o presidente do Conselho Executivo deve ser também o primeiro secretário da célula do Partido. Assim, o presidente da aldeia na altura foi demitido do cargo por não se ter candidatado ao Partido porque era polígamo. Com a nomeação de Bernardo Nampatima como Primeiro Secretário da célula, começou um período de estabilidade, pelo menos ao nível da direcção da aldeia, que ainda se mantém.

O processo de criação da Assembleia do Povo foi um acto bastante formal e não participatório, tendo se desenvolvido da seguinte forma: uma brigada distrital deslocou-se à aldeia e reuniu-se com a direcção para explicar o programa. Depois foi elaborada uma lista de deputados propostos pelas estruturas da aldeia, cujos nomes foram em seguida divulgados numa reunião geral com a população. O que ia ser um deputado, quais as suas

tarefas? Sobre estes assuntos houve uma falta de clareza não só ao nível da população mas também entre os próprios delegados. Alguns deles disseram que não sabiam que deputado era um cargo diferente de membro do Partido, outros disseram que não sabiam que eram deputados da Assembleia. Estes posicionamentos individuais correspondem à situação da própria assembleia: nunca parece ter havido uma reunião da assembleia como tal.

A Composição e Métodos de Trabalho dos Órgãos da Aldeia

A melhor indicação da vida organizacional das estruturas é dada pelos métodos de trabalho normalmente utilizados na aldeia. Há encontros informais e frequentes entre os "líderes" - três ou quatro membros da direcção. Há reuniões abrangendo maior número de elementos da direcção, quer do Partido quer do Estado, ou de ambos. Há reuniões com os membros activos ou das estruturas partidárias ou do Estado, e há reuniões gerais com a população. Em situações, tais como a dos preparativos do IV Congresso, em que há orientações precisas do distrito, ou mesmo há a presença de brigadas distritais, pode haver uma reunião só ao nível da célula do Partido.

Nestas várias reuniões podem estar convocados ou presentes outras estruturas ou grupos: a OMM, o Tribunal Popular, secretários do bairro, chefes de quarteirão, pessoas com cargos especiais, velhos conselheiros ou donos de terra. As tarefas a realizar são distribuídas entre estes, ou membros do Partido, ou deputados, conforme a necessidade e capacidade.

A situação descrita anteriormente mostra que não há distinção entre as tarefas do Estado e as tarefas do Partido. As agendas das diversas reuniões realizadas, tratam na sua maioria dos mesmos pontos: por exemplo, limpeza da aldeia, ou organização da produção. Os problemas são debatidos e as tarefas identificadas dentro de uma direcção geral da aldeia e com um conjunto de "pessoas de confiança e capacidade", dentro ou fora das estruturas formais.

Assim, a organização da aldeia não justifica uma análise separada das estruturas do Partido e do Estado. Contudo, a relação dos membros de cada uma das estruturas é um indicador dos recursos humanos organizados, (ver quadro III). No seu conjunto a direcção partidária e estatal tem 38 membros dos quais 13 pertencem a ambas. Além desses há dois responsáveis por cada um dos três bairros e um por cada um dos 28 quarteirões.

Sobre a participação dos responsáveis na guerra pode-se concluir que: os antigos membros do Departamento da Defesa não têm, nem nunca tiveram, um papel importante nas estruturas da aldeia. Por outro lado, militantes do Departamento de Organização Interna, tais como comités ou com outros cargos, deviam ter tido funções centrais nos primeiros anos. Sofreram prejuízos primeiro enquanto analfabetos - outros "regressados" em geral tinham algum grau de escolaridade - e segundo, na altura da criação do Partido, enquanto polígamos.

Quadro III

ESTADO	PARTIDO			
	MSP	MP	Não MP	Total
MCE	2	--	3	5
DAP	2	9	10	21
SCE	--	12	--	12
Soma	4	21	13	38

MSP - Membro do Secretariado da Célula do Partido; MP - Membro do Partido; MCE - Membro do Conselho Executivo; DAP - Deputado a Assembleia Popular; SCE - sem cargo estatal.

A criação do Partido ao nível da aldeia resultou numa nova fase de direcção da aldeia. Nenhum dos membros do antigo grupo dinamizador apareceu como membro do Partido. Mais tarde, na campanha de mobilização dos antigos combatentes, alguns voltaram a tomar cargos nas estruturas de direcção, embora outros não os aceitaram. Ainda, outros encontram-se hoje em funções tais como chefes de bairro ou quarteirão, ou responsável dos assuntos sociais - sem serem membros do Partido nem deputados da assembleia.

Entre os actuais sete membros da direcção de Nandimba (secretariado do Partido e Conselho Executivo), dois trabalharam durante a guerra na produção e como carregadores. Um era aluno nas escolas da FRELIMO, um era miliciano, outro disse que trabalhava como guarda nos escritórios da FRELIMO em Dar-es-Salaam. Um era secretário da localidade e chefe de produção nas áreas libertadas, embora o ultimo tenha vivido em Newala, Tanzania, possivelmente um pouco afastado da guerra. Estes dois, o "antigo combatente" e o "regressado", em conjunto com o presidente compoem o núcleo de direcção actual da aldeia. A ausência de tendências claras na actual direcção também se reflecte em termos de likola. A likola não parece jogar qualquer papel significativo na composição das estruturas."

Também nenhum dos "donos de terra" identificados no decorrer do trabalho tinha um cargo oficial na aldeia. No entanto as likolas a que pertencem apareçam representadas entre outras likolas nas estruturas. Por outro lado, a likola apresentada como predominante atrás da desagregação de Nambavala tinha e ainda tem, representantes nas estruturas bem como noutros sectores da aldeia.

O grupo de escultores, organizado numa cooperativa de produção e já mencionado em cima, fornece uma ilustração de poder económico colectivo na aldeia. Tem a sua origem num grupo formado durante a guerra e cujos dirigentes se fixaram em Nandimba logo após o cessar-fogo. Desde essa altura o número de associados do grupo triplicou e hoje tem fundos financeiros no banco e em casa. Através de uma cooperativa de consumo cujos membros e direcção são idênticos aos da cooperativa de produção também mantém um controlo forte de bens recebidos do distrito. O grupo de escultores tem um membro no Conselho Executivo, mais dois são conhecidos membros do Partido e

deputados, e pode haver mais ainda em qualquer uma dessas estruturas. O facto da representação não impede a tomada de várias medidas do conselho executivo para tentar desbloquear a situação e estabelecer um controlo popular do consumo na aldeia. É de salientar, apesar das medidas tomadas, que a direcção não tem conseguido resolver o problema de consumo.

Outros Órgãos da Aldeia

Fora das estruturas já tratadas acima, incluindo o Tribunal Popular, o grau de engajamento político está fraco. Por exemplo, havia uma estrutura de milícias nos primeiros anos. Quando acabou o sistema de remuneração aos milicianos, a estrutura calou e até agora não há vigilância organizada na aldeia. A OJM foi fundada só em 1980, mas actuou durante um ano só, deixando de existir qualquer actividade da organização, na altura da desagregação em Março de 1982, quando saiu também o actual dirigente da OJM.

A história da OMM tem características similares. Havia na aldeia um pequeno grupo de mulheres com experiência de trabalho organizado incluindo o da participação na LIFEMO dos tempos da guerra. Foi este o núcleo que criou o embrião da OMM na aldeia. Contudo, mais tarde foi dito que ninguém pode fazer parte da estrutura se não for membro do Partido, e assim saíram várias mulheres. Ficaram quatro, uma das quais saiu para Nambavala enquanto uma outra - a esposa do presidente - deixou as suas actividades em favor de trabalhos partidários. Hoje em Nandimba só uma das mulheres continua activa. Pediu às estruturas reforço de uma pessoa, visto que a própria tem uma ferida que dificulta qualquer movimentação. Contudo, até hoje não recebeu qualquer apoio.

Em resumo não há organizações democráticas das massas na aldeia para mobilizar a população, divulgar a linha do Partido, trazer novos membros ao Partido ou levantar os problemas da população à procura de novas soluções. Não existem estruturas partidárias ou estatais que permitam discussões francas e abertas entre a população e os dirigentes. A direcção da aldeia, por seu lado, deu várias indicações de estar isolada, sem a base popular necessária para poder resolver problemas e desenvolver a aldeia, em termos físicos e sociais. Para o presidente os maiores problemas que a aldeia tem de enfrentar hoje são:

"As contradições entre responsáveis e população, e a falta de entendimento entre os dois. Quando as estruturas têm programa de trabalho, muitas pessoas se recusam a participar, pelo contrário há situações de insultos e falta de respeito..."

A Organização da Produção e Abastecimento

O Acesso à Terra, e os seus Efeitos Sociais

Na altura das primeiras culturas da aldeia, muitas das machambas familiares estavam situadas muito perto da aldeia, o que constituía uma modificação do padrão colonial. Nessa altura, os camponeses tinham as suas

habitações nas proximidades das picadas ou das fontes de água e as machambas no Chilumo, o que os obrigava a percorrer longas distâncias para os terrenos de cultivo. O novo padrão que emergiu com a criação das aldeias comunais -- a abertura de machambas perto da aldeia -- durou pouco tempo porque se a localização das machambas deu vantagens em relação às idas e vindas, criou problemas em relação à produção e produtividade devido à fraca qualidade das terras nas redondezas da aldeia. No entanto outros habitantes de Nandimba que conheciam bem a situação das terras não modificaram a localização das suas machambas. Voltaram a Chilumo logo a que regressaram à zona de Nandimba, onde tinham suas terras. Entre este grupo havia antigos donos de terra, que voltaram a tomar posse das suas terras deixando os outros a cultivar perto da aldeia.

Os factos descritos anteriormente ilustram um fenómeno já mencionado: o retorno aos antigos padrões de ocupação espacial do território fez com que, aqueles que tinham vivido nestas regiões antes da guerra, ficassem beneficiados, pois tinham terras, e estavam situados perto delas. Os que não tinham terras próprias perto da aldeia, ou obtinham o usufruto de algumas parcelas por empréstimo e assim ficavam perto da aldeia, ou tinham que se deslocar ao local onde tinham as suas terras, porque as tinham herdado ou porque eram suas. Estes processos obrigavam os camponeses a deslocações muito longas. Todos aqueles que tinham terras nas proximidades da aldeia, em zonas mais férteis (Chilumo, Rio Muera, nas baixas e perto dos riachos) ficaram numa posição mais favorecida. Isso porque, tinham possibilidades de produzir melhor pois gastavam pouco tempo para ir às machambas e tinham terras boas, o que é importante numa região onde a maior parte dos solos são pobres, estes cansam rapidamente e exigem um pousio prolongado.

Entre os efeitos resultantes desta situação podemos salientar os seguintes:

1. quando depois de uns anos a terra, perto da aldeia cansou-se, as famílias afastadas foram obrigadas a abrir machambas em Chilumo, escolhendo às vezes terra que já tinha dono. A presença física dos donos fortaleceu as suas reivindicações, porque conforme a Lei de Terras eles tinham o direito de manter a terra que estavam a cultivar.

Utilizavam também para reivindicar a sua propriedade de uma determinada parcela de terra, o facto de terem lá árvores plantadas. Este facto era utilizado como justificação, não só com base no sistema consuetudinário, mas também na Lei de Terras que não reconhece a propriedade privada do solo, mas reconhece a posse das benfeitorias realizadas, quer seja em termos de construções, ou mesmo plantações de cajueiros e outros árvores. Inevitavelmente isto conduziu a uma situação caracterizada por conflitos permanentes em torno da posse de terras. O Estado interveio para resolver o problema que estava a surgir em Chilumo, no qual estavam envolvidas várias aldeias (desde as que estão situadas nas suas margens, até as que estão longe, como Namaia, Mpeme e mesmo Ntuchi). Dividiu a terra entre as aldeias situadas nas proximidades, utilizando a fronteira definida pela administração colonial.

As deslocações provocadas pela guerra atenuaram a importância e a aplicação das fronteiras, mas, com o regresso das populações voltou também o processo de apropriação das terras em áreas que eram consideradas zona de

Nandimba. Contudo esta demarcação de fronteiras teve o efeito não previsto de dar um parecer de legitimidade a todas as antigas formas de posse de terra, e assim fortaleceu as reivindicações de acesso à terra em termos de antepassados ou likolas, ou por terem sido os donos dessas áreas.

1 Para as novas machambas de produção colectiva foram escolhidas terras perto da aldeia de Nandimba. O efeito desta localização, que é compreensível dadas as dificuldades de mobilização da população, foi que não houve desafio ao crescente poder dos donos de terra, em termos da requisição da terra deles para fins colectivos. Por outro lado, cada machamba colectiva foi abandonada após uma única campanha deixando assim o solo sem ter sido esgotado. Parte da razão para o abandono foi a decisão de cultivar os mesmos produtos, que nas machambas familiares. Tal prática criou conflitos de prioridade numa situação em que a sobrevivência das famílias obrigava-as a cultivar, no primeiro lugar, as machambas privadas.

As experiências de produção colectiva realizadas na aldeia desde a sua implantação foram três: uma machamba colectiva da aldeia, uma da escola primária e uma da OMM. Esta última machamba de feijão foi criada para contribuir no fornecimento de comida às brigadas vindas de fora. Neste sentido, as próprias mulheres não beneficiaram do seu trabalho, que foi considerado uma obrigação das autoridades da aldeia. Os outros que trabalharam nas outras machambas colectivas também não beneficiaram do seu trabalho, a não ser indirectamente, visto que os fundos provenientes da venda da colheita foram guardados pelo presidente (mais tarde pelo responsável da política económica do Partido). Normalmente, no Planalto, as direcções das aldeias limitam-se a guardar o dinheiro afirmando que se destinam ao serviço da aldeia mas não prestam contas nem consultam os que participaram na produção dos bens sobre o destino a dar. Em Nandimba esta prática pode ser constatada se bem que não seja constante. Por exemplo, os dinheiros da machamba da escola foram utilizados para a compra de bancos para a sala de aulas. Contudo a falta de clareza sobre o destino destes fundos enfraqueceu várias tentativas de produção colectiva, que também foram afectadas por problemas de controlo de trabalho de cada pessoa. Assim nenhuma das machambas colectivas foi cultivada mais do que uma campanha. Aliás, o problema não vem só da falta de clareza, mas sim da falta de métodos democráticos no processo de discutir e tomar decisões.

A Luta pelo Controlo do Abastecimento

A razão dada para guardar os fundos das machambas colectivas foi a necessidade de criar um fundo para lançar uma nova cooperativa de consumo, a servir todos os habitantes da aldeia. A cooperativa já existente teve a sua origem na cooperativa de escultores. Esta, por sua vez tinha começado como uma cooperativa de escultores em 1966. Na altura os responsáveis trabalharam com o Lázaro Nkavandame mas

"quando ele começou com a confusão, separaram-se e passaram a trabalhar com o Raimundo Pachinuapa."

contou o presidente actual desta cooperativa, que se associou em 1971. Em 1974-1975, na altura do Governo de Transição, os escultores fundaram uma cooperativa de consumo, com membros e responsáveis idênticos, e cujas

reuniões trataram de ambos os assuntos. A existência de uma organização forte, e fundos de venda de esculturas, deviam ter facilitado o processo.

Há comerciantes privados no distrito de Mueda. Porém, a rede de abastecimento de bens de consumo está ainda na sua maior parte controlada pelas lojas do povo e cooperativas de consumo, que recebem os bens através das estruturas do Comércio Interno. Na actual situação de grande carência de bens torna-se imperativo ser membro da cooperativa de consumo para ser atendido quando chegam bens de consumo à aldeia.

A cooperativa de consumo de Nandimba tem setenta membros, dos quais sete não são escultores. Oficialmente a cooperativa aceita novos membros com o pagamento de uma quota de 1500,00 MT. No entanto, segundo o actual presidente

"não sabemos como receber novos membros. A cooperativa não tem conseguido aumentar o número de membros embora persista o problema de distribuir equitativa e satisfatoriamente por todos os membros as quotas reduzidas que têm recebido.

Desta forma a situação actual é que só os membros da cooperativa de consumo se conseguem abastecer, pois os que não são sócios não podem associar-se nem tem alternativa para abastecer-se."

E neste contexto que se devem compreender as tentativas para estabelecer uma nova cooperativa de consumo em Nandimba. A primeira tentativa foi iniciada em 1978. Numa reunião da célula do Partido decidiram pedir uma contribuição de 50.00 MT de cada membro do Partido para a criação de um fundo. Num encontro com a população da aldeia concordaram em criar uma cooperativa. Contudo, conforme as autoridades distritais, o fundo não era suficiente. A aldeia tentou encontrar formas de aumentar o fundo. Por exemplo qualquer pessoa que fizesse bebida para vender, tinha que pagar um imposto de 25.00 MT. No entanto não foi conseguida qualquer solução para o problema, tendo-se agravado a situação de tal forma que, como protesto, a população se recusou a participar na limpeza da aldeia no decorrer dos preparativos do IV Congresso do Partido. Perante esta contradição entre o Conselho Executivo e a população, em que não foi possível explicar que "o Conselho Executivo não é a Cooperativa de Consumo", foi decidido tomar novas medidas para aumentar o fundo. Ditenta membros da aldeia contribuíram com 500,00 MT cada um, o que totalizou cerca de 40.000,00 MT.

Quando a direcção da aldeia abordou o assunto de novo com as estruturas distritais, decidiram mandar uma brigada a Nandimba. A brigada passou, e, segundo o Presidente

"ainda estamos à espera (da brigada), enquanto as pessoas que contribuíram estão à espera de mim. Falam mal hoje da direcção da aldeia, dizendo que o dinheiro foi desviado. A situação está a assumir proporções graves e impossíveis de abafar. Parece ser necessário distribuir o dinheiro outra vez."

Para além dos problemas políticos que a direcção tem de enfrentar, por causa da situação do abastecimento, esta situação tem criado uma contradição forte entre os membros da cooperativa de consumo e os restantes aldeões. Actualmente há um acordo entre a cooperativa e o conselho executivo de que

metade dos bens recebidos devem ser distribuídos entre a população da aldeia. Contudo, além de ser contrário aos princípios cooperativistas, pois a cooperativa só deve servir aos seus próprios membros, não pode reduzir a contradição, porque o número de famílias fora da cooperativa é dez vezes maior do que o número de famílias dentro.

Esta tentativa de conciliação ao nível da própria aldeia significa que:

1 O órgão do estado ao nível da aldeia não é capaz de fazer respeitar uma resolução distrital tomada em 1980, de que em cada aldeia devia haver uma única cooperativa de consumo e que ela deveria servir o total da população da aldeia. A resolução tinha a intenção criar com as cooperativas de consumo, uma rede comercial no interior do distrito, capaz de satisfazer as necessidades da população.

1 Se trata de uma acomodação mútua entre a cooperativa de escultores, a principal força económica, e o Conselho Executivo, canalizando as queixas da população.

1 O princípio cooperativista, que a cooperativa só deveria servir os seus associados, foi violado. Esta é uma situação vulgar entre cooperativas rurais em Moçambique. No decorrer de 1983 foi realizado um seminário na aldeia de Namaua, sobre os problemas de cooperativização no distrito de Mueda. Os representantes de Nandimba apareciam ter compreendidas as resoluções do seminário, da seguinte maneira:

- qualquer cooperativa de consumo não poderia existir se não fosse também uma cooperativa de produção agrícola;

- pode haver uma cooperativa de consumo só em cada aldeia;

- a cooperativa de consumo não se deve confundir com a cooperativa agrícola, e individualmente qualquer membro da cooperativa agrícola podia ser membro da cooperativa de consumo;

- devia haver uma única cooperativa agrícola por aldeia, podendo estar subdividida em grupos de trabalho, mas tinha que ter uma única estrutura directiva.

A segunda e a terceira destas resoluções nunca foram transmitidas inequivocamente à direcção. Ao nível da aldeia Nandimba para além das decisões que foram comunicadas e que representam uma certa leitura das resoluções do Seminário de Cooperativas de Namaua, os efeitos imediatos foram os seguintes:

1 Ambos o Conselho Executivo e a Cooperativa de Consumo decidiram abrir cooperativas agrícolas;

1 Mais tarde, o Conselho Executivo reuniu-se com a população para propor a integração das duas machambas.

Os aldeões concordaram com a proposta do Conselho Executivo mas os socios da cooperativa de consumo não concordaram, dizendo que não tinham sido consultados pela direcção da aldeia antes desta anunciar a todos os

residentes a sua proposta.

No seminário, foi o Administrador distrital e Primeiro Secretário do Partido, quem deu orientações sobre machambas colectivas, bem como o número restrito de cooperativas de consumo autorizadas. Também confirmou que, membros de cooperativa agrícola podiam entrar individualmente na cooperativa de consumo. Este último ponto não foi nem discutido nem bem comunicado entre os responsáveis da aldeia e da cooperativa existente em Nandimba.

Os 40.000,00 MT não foram devolvidos. Após o esclarecimento de que pode haver uma única cooperativa de consumo, o dinheiro ficou com o Conselho Executivo. É claro que, face a desmobilização da população devido aos problemas de abastecimento, os responsáveis da aldeia não tinham outra saída senão controlar ou substituir a cooperativa dos escultores. Isto exigia manter os recursos financeiros apesar da desconfiança exprimida pela população.

Os factos atrás referidos ilustram a luta acesa existente ao nível da aldeia pelo controlo do abastecimento. A chamada cooperativa de consumo detém o monopólio da venda dos produtos que a aldeia receba, e fornece com prioridade aos seus sócios. Para romper com este estado de coisas o Conselho Executivo, numa primeira fase tentou utilizando o aparelho de estado ao nível distrital, abrir uma nova cooperativa, o que não conseguiu, e optou por abrir uma cooperativa agrícola.

Desta forma a situação em Nandimba continua na mesma. O grupo de escultores, apesar de pequenas concessões feitas, ganhou um lugar privilegiado na luta pelo abastecimento. A sua forte organização, não só para produzir, mas também para acumular; a sua capacidade para se movimentar no distrito; as ligações que alguns dos seus membros mantinha com individualidades e estruturas aos vários níveis, permitiram-lhes não só aproveitar os benefícios do sistema de abastecimento actualmente existente, mas também obter fontes suplementares.

Embora seja possível ver na situação de hoje uma consolidação de um processo que já existia durante a Luta Armada de Libertação Nacional, é bom notar que a luta era para que a produção determinasse os circuitos de distribuição. Nessas alturas a cooperativa de escultores também funcionava como uma cooperativa de consumo apesar de ser de um tipo muito específico. As esculturas eram transportadas ou pelos escultores ou por outras pessoas pagas para isso em colunas da FRELIMO até as Lojas em Nkunya onde eram trocadas com a Frente de Libertação de Moçambique.

Em troca os escultores recebiam um fundo de mercadorias. Uma parte era utilizada para pagar aos indivíduos que tinham participado no transporte, se não fossem membros da cooperativa. O sistema de pagamentos variava, mas normalmente o escultor dava a metade do que tinha conseguido com a carga transportada, ao carregador. A outra parte dos bens de consumo era depois distribuída entre os diversos elementos da cooperativa de escultores. Já não é muito claro o processo que era utilizado para a divisão. Tomava-se em conta as necessidades de cada um, o seu trabalho e o que tinha rendido. Mas o processo deixa supor, que a decisão final cabia aos responsáveis da cooperativa.

A FRELIMO não era o único comprador para as esculturas de Nandimba. Muitas vezes vendiam a comerciantes indianos nas margens do Rovuma. Este padrão de troca foi quebrado pela primeira vez em 1975 quando a Cooperativa de Nandimba comercializou uma grande quantidade de escultura na SAGAL, a estruturas do comércio e da educação e cultura. A cooperativa conseguiu obter uma soma de dinheiro bastante avultada, e se tomarmos em conta que a quantidade de circulante existente na região era muito pouco, pelo menos entre os que tinham vivido nas Zonas Libertadas, verificamos que assim a cooperativa tinha conseguido acumular bastante dinheiro.

Na posse desses fundos e com a licença que lhes tinha sido concedida, os escultores de Nandimba dedicaram-se ao comércio de bens de consumo como cooperativa. Tinha o nome de cooperativa mas servia não só os associados, mas também a população. A existência de uma organização forte e fundos de venda de esculturas, deve ter facilitado o processo. É preciso considerar que não se trata da fundação da cooperativa de consumo, mas da sua legalização em moldes diferentes dos da guerra, pois ela sempre teve três ramos: o comércio, a produção de esculturas, e o consumo.

Lutar pelo Poder Popular

A Base Económica de Produção: a Terra

A nacionalização da terra em Moçambique foi um acto fundamental na confrontação com o sistema político e económico colonial, e que enquadrava todos os seus habitantes. Dando o direito de uso da terra àqueles que a queriam cultivar, era um ataque aos donos de terra surgidos através do colonialismo. A sua realização, porém, dependia do exercício do poder popular na conquista da terra das mãos dos donos.

O sistema colonial de controlo da terra em Mueda não desapareceu com a guerra. Em parte, a terra continuava a ser cultivada como antes, pelos camponeses vivendo no mato; o padrão de propriedade e herança não tinha mudado. Mas a maior parte deste sistema tinha sido alterado pela FRELIMO, cujas estruturas ao nível de base, passaram a regular todos os conflitos e a impedir que, qualquer um que precisasse de terra para trabalhar, fosse prejudicado pelos donos da terra.

Com o fim da guerra a situação modificou-se. Com a ubicação das aldeias nos antigos locais, os indivíduos originários dessas zonas, ficaram em posição de vantagem: tinham as suas terras perto, não tinham que deslocar-se para longe. Ao contrário, os camponeses que tinham vindo de outros locais, não puderam obter terras, nem tinham as estruturas do seu lado a defendê-los. O problema tornou-se mais complicado, se tomarmos em conta que, as pessoas que tinham terras nas proximidades das antigas povoações, eram os herdeiros dos régulos, dos capitães-mores e cabos.

Assim o regresso às áreas antigas significou recriar as relações antigas, em torno da posse e utilização da terra. A proclamação da nacionalização da terra não foi suficiente: o que faltava era um método de quebrar com as antigas relações, e formular novas relações mais justas, dando prioridade ao próprio cultivo. Muito embora tivesse havido um resurgimento das antigas formas de posse de terra. Isto não implicava que os

donos de terra tivessem um peso grande na vida política da aldeia. Nenhuma das estruturas de Nandimba era dominada por um likola, por um dono de terra, ou por um regressado. Na sua composição havia heterogeneidade. Os órgãos do Poder Popular não funcionavam conforme as normas oficiais, mas o presidente, para tomar decisões importantes, utilizava um grupo informal dos chamados "conselheiros." Trata-se de uma dezena de indivíduos, todos eles de idade, alguns proprietários de terra. Além disso, o presidente aproveitava dos conselhos do juiz do Tribunal Popular, dos chefes do bairro, e de alguns membros do Partido e da Assembleia do Povo.

Apesar desses métodos de trabalho, a impossibilidade de se resolver satisfatoriamente os conflitos de terra é expressa por um antigo combatente, residente em Nandimba, que declarou:

"O governo local pode resolver muitos problemas, mas não o da terra. Porquê? Porque o governo é composto pelos próprios aldeões. Assim é necessário que venha alguém de uma outra zona para apoiar na resolução dos problemas de terra..."

Estas palavras colocam um ponto chave na implementação da lei de terras: os que já têm interesses derivados dos direitos dos antepassados não podem lutar contra o sistema antigo.

Apesar de Nandimba ser uma nova aldeia criada a partir de várias povoações antigas, a maioria dos seus habitantes são da região. A criação da nova aldeia, em si não estava a ameaçar o sistema tradicional de posse da terra. Com o crescimento da população, ou através do regresso das pessoas de fora, ou pelo crescimento natural, a rivalidade sobre o controlo da terra estava a ser cada vez mais forte. A defesa dos direitos tradicionais tem levado a confrontações violentas. Assim, o exercício da justiça para garantir a aplicação da Lei de Terras, exige meios de mobilização popular para ter os efeitos desejados.

Os problemas relacionados com o exercício da justiça são patentes. As vezes evitavam-se conflitos. Outras vezes os donos de terra aceitavam, e cediam terra a uma pessoa, para depois de duas ou três campanhas agrícolas, reivindicar a terra de novo. Quando o problema não se resolvia, o juiz era chamado a intervir, e acabava por dividir a terra em litígio em duas partes iguais, o que para o dono era prova de que valia a pena lutar. Acontecia que os donos recorriam a actos violentos, confiando na falta de recursos para uma intervenção efectiva de cima.

Os maiores donos de terra estavam fora das estruturas de direcção da aldeia. Trabalhavam as suas machambas familiares com recurso a força de trabalho familiar, sem empregar pessoas ou pagando-as só através de formas disfarçadas. Podiam ceder terra a membros da likola para reforçar a sua base dentro da aldeia. A ligação da propriedade da terra com os laços familiares, de likola ou de outro tipo, na aldeia fica para ser investigada. A análise da desagregação de Nambavala mostra o significado da posse de terra, não só como condição de uma acção política de likola, como também na consolidação da nova aldeia através de pessoas fora da likola.

Poder e Controlo de Consumo

Na altura da guerra, a FRELIMO tomou responsabilidades ao nível do abastecimento das populações, não só organizando um sistema de lojas, mas também combatendo tentativas de exploração dos camponeses através dessa rede de comercialização e abastecimento.

Estas experiências estavam na base de qualquer julgamento ou análise feita pelos habitantes de Nandimba do desenvolvimento desde a independência. Havia um conhecimento de que era possível resolver os problemas de abastecimento, através de esforços comuns. Os camponeses produziam certos produtos, e da sua troca era possível obter o que não se produzia localmente.

Em 1983, a situação era diferente. A aldeia estava completamente dependente dos produtos que vinham de fora, do distrito ou da província. O que vinha era cada vez menos, até que o nível de produção individual, não tinha importância, porque havia uma falta absoluta de bens a comprar.

Com a carência crescente de bens, a cooperativa de consumo chegou a ter um poder político na aldeia, baseada no controlo de distribuição dos poucos bens que chegaram. O facto do Conselho Executivo não controlar a distribuição do abastecimento, já enfraqueceu o apoio político da população ao Conselho Executivo, minando assim o funcionamento de Poder Popular. Por este meio, os factores económicos nacionais tinham uma influência pesada e negativa no desenvolvimento local de Poder Popular.

Um Ressurgimento de Poder Tradicional?

A análise dos acontecimentos de Nambavala revela que o fenómeno da desagregação não tem uma explicação simples. Porém, quando se discutia o problema, ou em Nandimba, ou em Nambavala, foi apontada como razão fundamental da desagregação uma série de incidentes de violência entre pessoas da aldeia, e os indivíduos que depois decidiram sair.

Essas cenas de pancadaria eram e são ainda um indicador da crise que se pode constatar na aldeia, e também da incapacidade do governo local em assegurar o bem-estar dos seus habitantes. No entanto seria errado reduzir o problema à falta de milicianos e grupos de vigilância. As razões são mais profundas e tem que ser procuradas não só na falta da organização da produção, mas também na inexistência quase total das diversões ou de organização do lazer que pudesse, pelo menos, aliviar o dia a dia.

Uma análise mais profunda dos depoimentos de diversos aldeões sobre desagregação revela que, evitam dar uma interpretação do fenómeno e uma opinião geral. Denunciam a saída como uma certa rebeldia, como indisciplina, como não cumprimento de orientações superiores. Mas, e quase ao mesmo tempo, referem-se à actuação da FRELIMO e da situação que existia durante a guerra:

"No tempo da luta a FRELIMO era impecável, soube transformar os problemas do povo em problemas dela própria..."

"Agora estamos a viver uma situação dura! Na guerra, a situação era

dura só pela própria guerra..."

"Hoje temos três guerras: contra a candonga, nudez e bandidos. É uma situação difícil. Contribuímos em produção de comida mas não estamos livres ... Talvez só os nossos filhos é que estarão livres."

Este desapontamento, esta desconfiança em relação às estruturas locais tanto do Partido como do Estado, traduzia-se ao nível prático por uma passividade, uma indiferença em relação aos esforços desses órgãos. O projecto de construção duma sede do Partido estava parado desde muito tempo, e não tinham conseguido construir uma casa de hóspedes, aproveitando as várias casas abandonadas pelos que saíram da aldeia. O baixo nível de participação nos trabalhos colectivos, na própria cooperativa agrícola, é significativa deste estado de coisas.

Em Nambavala, pelo contrário, havia já uma casa de hóspedes. Toda a aldeia apresentava um ambiente de iniciativa, de resolução de problemas. Em Hueda foi confirmado que os camponeses de Nambavala têm levado muitos produtos para o posto da AGRICOM (empresa estatal de comercialização), ou para o bazar da aldeia. Em termos de população Nandimba está a diminuir e Nambavala continua a crescer. A explicação dessas diferenças deve abranger a natureza do poder a ser articulado em Nambavala, a sua ligação quer com as relações de poder coloniais e os seus representantes, quer com o interesse comum de melhorar as condições de produção e abastecimento.

Luta Aberta: o Caso de Nambavala

A desagregação para Nambavala, iniciou-se em Março de 1982. Em Novembro de 1983, ainda se fazia sentir em Nandimba. A direcção de Nandimba alegava que não podia actuar, porque as estruturas superiores, para as quais já tinha sido canalizado o problema, ainda não tinham tomado uma decisão. As casas dos desagregados ou tinham sido vendidas a outras pessoas, ou estavam num estado de abandono e destruição. De vez em quando novas famílias saíam de Nandimba para virem viver em Nambavala.

Raízes no Tempo Colonial e no Tempo de Guerra

Enquanto as razões da desagregação são as contradições existentes em Nandimba, a forma que a mesma tomou ficou enraizada na organização política e económica do tempo colonial. Os descendentes do antigo régulo Mbavala e do seu waziri Ngoluve, na altura em que se estava a discutir a localização de Nandimba, fizeram muitos esforços para que a aldeia fosse localizada no antigo local da povoação do régulo. Não o conseguiram, e mostraram a sua oposição vivendo, mais tempo nas machambas do que na aldeia.

Entre os desagregados, há pessoas que no tempo da guerra tinham cargos nas estruturas da FRELIMO, e outros que viviam no mato nas zonas controladas pela FRELIMO. Estes apoiaram a Luta Armada, não só na produção alimentar, mas também no transporte de material. No entanto, há dois velhos que são apresentados como os cérebros e organizadores da desagregação, e que têm uma história de vida diferente do resto da população:

1 B.J., natural de Nambavala, durante a guerra vivia no campo de refugiados de Lutamba, em Lindi, Tanzania, donde regressou durante o governo de transição.

1 E.N.N., natural de Nambavala, vivia na Tanzania na altura da fundação da FRELIMO. Voltou a Moçambique para recrutar militantes para a Frente, e foi preso pela FIDE. Esteve nas cadeias do Ibo e da Machava donde foi libertado em 1969 com outros presos políticos, e recebeu ordens para regressar a Mueda. Refugiou-se na Tanzania, evitando quaisquer contactos com a FRELIMO, tendo-se apresentado a ONU, que o enviou para o Campo de Refugiados de Tabora. Depois de 1975, parece ter passado por um campo de reeducação antes de se estabelecer em Nandimba.

Mais três indivíduos são mencionados como responsáveis da desagregação em vários relatórios:

1 O primeiro, natural de Nandimba ou Nambavala, ex-presos político, que depois de libertado viveu nas zonas libertadas na região de Nandimba;

1 O segundo, natural de Namaua, viveu nas Zonas Libertadas durante todo o período da guerra;

1 O terceiro, sem antecedentes conhecidos, foi detido pelas autoridades distritais em 1982 em conjunto com os dois primeiros, sob a acusação de ser um dos cabecilhas da desagregação.

A contradição e a organização da aldeia de Nandimba

Na altura da construção da aldeia, aqueles que tinham vivido na região controlada pelo régulo Mbavala, na sua maioria construíram casas dentro do bairro de Miuma. Pessoas das zonas dos capitães-mores foram viver em particular nos outros bairros de Vipande e Miadi. Assim houve uma reprodução do sistema político-administrativo colonial dentro da aldeia. Como não houve uma modificação no padrão de propriedade da terra, com a localização da aldeia no novo local, houve uma revitalização das antigas relações.

A composição da direcção da aldeia nos primeiros anos é desconhecida. Contudo, a partir da criação da célula do Partido, o grupo de pessoas que tinha vivido no tempo colonial na zona controlada pelo régulo Mbavala, estava representado tanto no Partido como no Estado. Os responsáveis da OJM, bem como da OMM, pertenciam a este grupo. Membros deste grupo pertenciam à cooperativa de escultores-cooperativa de consumo.

Nenhuma das estruturas da aldeia era dominada por uma likola, nem por representantes de algum grupo económico dentro da aldeia (donos da terra, membros da cooperativa de consumo, cooperativa de escultores). Isso significava que na prática havia uma divisão de poder entre eles. Assim, os conflitos nunca tiveram uma manifestação aberta ao nível das estruturas dentro da aldeia.

Os Acontecimentos posteriores à Desagregação

Como causas da desagregação aparecem sempre casos de violência. Estas querelas vão desde discussões entre mulheres sobre o uso da água, trocas de palavras nas danças organizadas na aldeia até casos de pancadaria. O acontecimento que é apresentado como estando directamente ligado à desagregação foi uma luta entre dois jovens tendo um deles ficado gravemente ferido. O assunto foi julgado e o agressor foi obrigado a pagar 5000,00 MT.

A desagregação iniciou-se no dia 1 de Março de 1982. As estimativas sobre o número de famílias que compunham a primeira onda varia entre 60 e 90. A partir daí houve mais saídas e entradas de vários bairros de Nandimba. Este processo se mantinha ainda na altura da investigação, quando os responsáveis de Nambavala afirmavam existir 262 casas, incluindo várias famílias recém chegadas de outras partes do distrito de Mueda.

Não foi possível assegurar as datas dos acontecimentos a seguir à primeira onda. Contudo, ao nível da aldeia de Nandimba as estruturas locais realizaram vários encontros, para resolver o problema não só com indivíduos que tinham abandonado a aldeia, mas também com os membros do Partido que se integraram na desagregação. Os resultados destes encontros foram transmitidos pelo presidente do Conselho Executivo da aldeia aos responsáveis distritais. Primeiro, informou sobre a desagregação, e segundo, sobre as casas abandonadas. Como tinham sido abandonadas, em princípio pertencem à aldeia, mas após algum tempo passaram a ser objecto de comércio privado. Sem receber resposta das estruturas superiores, o presidente do Conselho Executivo da aldeia permitiu a continuação do comércio.

Houve contactos com os habitantes de Nambavala, por parte das estruturas estatais, ao nível do distrito, província e até ao nível do Inspector de Estado. Numa reunião alguns meses após o início da desagregação, representantes de Nambavala receberam orientações para se integrarem, como aldeia, na chamada aldeia de Mueda (o bairro de casas de pau-a-pique). A integração proposta deveria ser como um bairro, que passou a chamar-se Nkundi, nome dado a um árvore existente em Nambavala. Essa integração não significaria a deslocação física nem das casas, nem das pessoas. Implicava só que Nambavala deixava de existir como aldeia, ou como unidade administrativa independente.

Nos princípios de Junho de 1982, três dos indivíduos considerados como cabecilhas da desagregação foram detidos pelas autoridades distritais. Em Março de 1983 foram levados para Pemba, donde só regressaram em Julho, com instruções para transferir as famílias de Nambavala (agora chamado Nkundi), para o bairro Maputo da vila de Mueda. Como não o fizeram, foram presos de novo, tendo ficado na cadeia por mais um período. Entretanto, em Fevereiro de 1983, a água canalizada, já existente em Nambavala antes da desagregação, foi cortada, deixando os habitantes sem acesso fácil à água.

De acordo com o presidente da "Aldeia Mueda", Vintano Mungo, ele foi instruído para estabelecer e manter uma ligação com os desagregados. O objectivo era mudar a concentração até à própria vila. A jurisdição da vila sobre a aldeia levou que os responsáveis de Mueda chamassem gente de Nambavala, para participar nas reuniões do seu conselho executivo. Os habitantes de Nambavala foram autorizados a vender os seus produtos, bem como a fazer compras na própria sede. Deslocavam-se cerca de quatro

quilómetros para buscar água e, quando convocados, chegavam em grandes números para participar na limpeza ou outros trabalhos colectivos. No entanto, as crianças de Nambavala continuavam a ir estudar na escola de Nandimba.

Os membros da célula do Partido de Nandimba que foram para Nambavala, receberam orientações mais tarde para que continuassem a militar na célula de Nandimba. Instruções do mesmo teor foram dirigidas aos deputados. A responsável da OMM, também entre os desagregados, participou nesta capacidade num seminário em Muambula. Mais tarde recebeu orientações de aguardar um esclarecimento oficial sobre o estatuto de Nambavala, para poder continuar o seu trabalho.

Entretanto, ao nível de Nambavala, o período desde Março de 1982 foi caracterizado por um alargamento e consolidação. Na altura da investigação as estruturas eram compostas pelo chefe e chefe adjunto do bairro, bem como chefes de quarteirões. A construção de casas continuava num ritmo intensivo. Latrinas estavam em construção. Os limites da área habitada estavam a ser extendidos para permitir a construção de novas casas. Nos arredores, preparavam a terra para novas machambas. Os desagregados resolveram manter as machambas já cultivadas em Chilumo desde que viviam em Nandimba, e estavam dispostos a deixar parte dessa terra a pessoas que queriam mudar para Nambavala.

A Questão da Terra

A forte ligação do actual controle da terra com o padrão colonial foi verificada também no caso dos descendentes do regulo Mbavala e do waziri Ngoluve. Os relatos sobre os vários conflitos de terra em Nandimba não se referiam à actuação destes dois. Os problemas que os waziri tinham que enfrentar devem ter sido iguais a outros "donos de terra" em Nandimba.

Ao se deslocarem de Nandimba para Nambavala, alguns habitantes foram obrigados a abandonar machambas localizadas perto de Nandimba. Porém, abriram novas machambas, por exemplo em Nitimbula. Contudo, a terra com boas capacidades agrícolas situou-se em Chilumu, e era controlada por donos de terra poderosos. Através da desagregação deslocaram-se para a proximidade destas terras e desta maneira consolidaram o seu controlo sobre elas.

O controlo da terra permitia ao seu detentor utilizar este recurso extremamente escasso no planalto para consolidar o seu poder. A atribuição da terra, sempre temporária (como se diz no Planalto "por empréstimo"), era feita politicamente de forma a manter o controlo da terra nas suas mãos e estabelecer relações que permitiam a reprodução desse sistema. É provável que uma certa preferência era dada a pessoas de família, ou amigos, mas isso não quer dizer que a terra era do clã ou likola.

Os habitantes de Nambavala utilizaram a terra sob seu controlo para atrair pessoas para a aldeia. Os que viviam nessa aldeia, não tinham dificuldades de conseguir dos donos machambas para trabalhar. Mas concediam terras também a pessoas que ainda residiam em Nandimba, ou de outras aldeias mais distantes. Residentes de Mueda sede obtiveram também o direito de usufruto de parcelas que eram propriedade de residentes de Nambavala. Assim

criaram uma relação de dependência: cada vez que era necessário deixar a machamba a descansar, e abrir uma nova, tinha que pedir autorização ao dono da terra, que era praticamente quem tinha que decidir sobre o assunto.

A implicação deste sistema era um reconhecimento cada vez maior da posse de terra dos donos em Nambavala. O padrão de posse de terra é um dos factores fundamentais para a explicação do problema da desagregação no sentido em que, primeiro era a base económica que permitiu cortar os laços com Nandimba e confrontar as autoridades distritais; segundo serviu de base à consolidação e alargamento da aldeia, da sua produção e riqueza.

A Questão de Likola

Os habitantes de Nambavala pertenciam a várias likolas, mas esses grupos eram originários da região controlada pelo régulo Mbavala. O surgimento de relações entre essas likolas foi resultado de viverem numa área que era controlada pelo régulo. Este era o representante local do estado colonial, e decidia sobre todo o tipo de conflitos de terra, que surgiam na região. Portanto, a likola dele era dominante.

A likola "Vaniumo" era a mais frequente entre dirigentes da Nambavala e pretendidos iniciadores da desagregação. Os membros desta likola eram os que controlavam as terras mais importantes. Isto leva-nos a concluir que a desagregação, se por um lado fosse resultado do padrão de propriedade do solo, por outro lado permitiu o reforço desse padrão. O facto de Nambavala estar situada nas proximidades das suas terras dá vantagens aos donos de terra, mesmo que não estejam pessoalmente nas estruturas do poder.

No entanto, o verdadeiro objectivo dos que são acusados de serem os dirigentes da desagregação, só poderia ser captado no desenvolvimento da aldeia e das contradições que iam surgir. A saída revela somente que, o afastamento geográfico e a criação de uma aldeia nova foi uma forma que um grupo encontrou para sair da situação em que se encontrava em Nandimba, e criar outro tipo de relações. Em Nandimba esse grupo era subordinado a outros que controlavam mecanismos do abastecimento, em particular.

Observações sobre Nambavala

Os esforços feitos pelos habitantes de Nambavala para ter uma autorização oficial eram impressionantes. O plano geral da aldeia era semelhante a uma aldeia comunal. Já tinham construído uma casa de hóspedes. Aproveitaram a orientação do administrador distrital de se ligar a Mueda-sede, para abrir um gabinete na vila, e cultivar as relações com o presidente e com o seu conselho executivo. Embora nunca tenham sido autorizados a colocar uma placa com o nome da aldeia Nambavala, passou a chamar-se Bairro Nkundi, da aldeia Mueda. A aldeia estava realmente em expansão: o mato foi desbravado, casas e machambas novas apareciam por toda a parte.

A decisão dos donos de terra de ceder terras estava ligada a esta política de expansão da aldeia. Aceitaram como residentes pessoas vindas de

Chilindi, Namatil, e outras aldeias distantes, que se queriam instalar nas proximidades da sede do distrito. Autorizavam também pessoas da vila de Mueda, que não tinham áreas para cultivar, que utilizassem as suas terras em Chilumu.

Se compararmos a situação de Nambavala com a de Nandimba, verificamos que ao nível do controlo da terra o padrão era o mesmo. Ao nível das relações sociais e políticas não foi possível determinar diferenças, e não ser no que diz respeito à participação dos residentes em várias actividades colectivas. Não tinha o apoio do estado, nem água canalizada, nem escola. A diferença fundamental com Nandimba era que se tratava de uma aldeia não oficial, rebelde, formada por gente que não cumpriu com as orientações. Aqueles que apareciam como sendo os dirigentes, tinham uma história de vida ligada ao régulo Mbavala, e durante a guerra tinham estado envolvidos em situações disciplinares e de desrespeito à FRELIMO.

O problema de posse de terra; o fraco funcionamento do poder popular; o controlo dos circuitos de abastecimento por um pequeno grupo; os problemas dos preços e da deterioração dos termos de troca; estes podem ser encontrado em qualquer aldeia do distrito. A desagregação de Nambavala não é o único caso no Planalto. Pelo contrário, são visíveis tendências semelhantes de sair de várias aldeias em outras partes do distrito. O que se verifica em Nambavala é que as autoridades distritais julgaram o problema com uma bitola diferente. A saída de Nandimba parecia aos camponeses de Nambavala como a única solução que lhes restava, já que os problemas não eram resolvidos para melhorar a sua situação. Devido à fraqueza do Poder Popular a sua organização se fez um pouco fora das estruturas. Mas não há evidência que possa provar que estavam a agir numa perspectiva de oposição aos princípios do poder estabelecido. Havia sim uma oposição a certas práticas locais; mas mesmo visto a luz das orientações do Partido e do Estado, os camponeses estavam simplesmente a tentar resolver os seus problemas reais, não resolvidos pelo Estado, com os meios de que dispunham. A crítica da actuação dos camponeses deve começar por uma autocritica da actuação das estruturas do Partido e do Estado, da sua incapacidade de servir aqueles que são a sua base política.

Só um reconhecimento da vontade de pessoas, que continuarem a trabalhar para a Frelimo apesar de estarem a viverem numa aldeia ilegal; e em desenvolvimento de acções políticas para instalar o poder popular na aldeia, poderia trazer uma solução estável e progressista ao problema. Os militantes do Partido que estavam em Nambavala constituíam um grupo altamente mobilizado. Se, em termos gerais a situação de Nambavala fosse a reprodução de Nandimba nada conseguiriam. Por isso, acções deste tipo implicavam não só a eleição de uma nova direcção, como também a implementação da Lei de Terras, a criação de cooperativas de consumo e de produção, e o fornecimento por parte do Estado dos meios de produção e consumo (ou de meios de os produzir). Só assim a experiência de Nambavala poderia ser considerada válida para o desenvolvimento e transformação do Planalto, e de resolução dos problemas de desagregação, terra e Poder Popular no planalto.

Evolução da Situação em 1984

Após a realização do nosso estudo, vários acontecimentos relacionados com o problema da desagregação de Nambavala tiveram lugar. O novo dirigente da Província de Cabo Delgado, Joaquim Chipande, deu orientações precisas ao distrito, para acabar a aldeia de Nambavala. As casas foram destruídas e as famílias removidas para Mueda, sede, onde construíram as suas casas na aldeia. Outras famílias foram transferidas para as aldeias de Chudi e Chapa na zona baixa. Foram também presos os dirigentes da desagregação, e ao que parece, enviados para outras zonas do país.

Na prática foi assumida uma posição que tinha sido proposta por vários responsáveis do distrito ao longo do tempo, mas, que as autoridades provinciais não sancionaram na altura, recusando, por um lado, tratar através do uso da força, de problemas deste tipo, que consideravam eminentemente políticos, e defendendo, por outro lado, que era necessário investigar mais a situação e reflectir profundamente sobre o assunto. A utilização de meios de força se explica pelo facto de este fenómeno de Nambavala ter sido interpretado como uma acção política contra a segurança do Estado. Contudo, com base nas informações a que tivemos acesso, não é possível provar que os chamados "cabecilhas", ou mesmo os outros camponeses, estavam politicamente contra as orientações do Partido e do Estado.

CONCLUSÃO

Ao concluir este texto, se podia perguntar: há ou não há poder popular nas antigas Zonas Libertadas? A resposta não pode ser dada com uma palavra só.

Ao longo do texto, o ponto de referência utilizado sempre foi a experiência vivida nas Zonas Libertadas durante a Luta Armada de Libertação nacional. Do ponto de vista de muitos participantes da Luta Armada, não há dúvida que testemunharam de primeira mão o poder popular. Portanto, o poder popular não pode ser visto como se fosse uma coisa abstrata cujo sentido não pode ser percibido pela população.

No entanto, está também muito evidente que, no processo de lutar para a continuação e a consolidação do poder popular, surgiram práticas do poder, usos do poder que pouco ou nada tem a ver com o que os habitantes se lembram ter testemunhado durante a guerra.

A questão mais importante devia portanto ser: porque existe hoje esta divergência na compreensão do poder popular? Qualquer que seja a resposta a esta pergunta, ela devera analisar o significado e o impacto da chegada da FRELIMO ao poder, da FRELIMO ter que ocupar e fazer funcionar estruturas estatais totalmente antagónicas aos objectivos que só a implementação do poder popular podiam alcançar.

Como já dito na introdução significaria analisar o Estado e o Partido no contexto da sociedade Moçambicana, quer dizer num contexto em que afrontam-se diariamente concepções divergentes e antagónicas das relações que se deve desenvolver, encorajar para conseguir progredir na construção do socialismo.

Só pelo facto de ser funcionário do Estado ou do Partido não significa que este funcionário automaticamente será o elemento dinamizador desta construção. No entanto, a investigação mostrou que a maioria dos funcionários do Partido e do Estado partem precisamente deste pressuposto: são eles que sabem como "mobilizar", como recrutar, como dar as orientações. Esta posição tem levado a população a desenvolver uma perspectiva mais passiva sobre o Poder Popular; como "coisas que o governo vai trazer". Portanto, nesta transformação, o próprio poder popular veio a aparecer como uma coisa prefabricada, quase uma mercadoria.

No entanto, parece que a lição mais importante da construção do poder popular durante a Luta Armada foi que o seu desenvolvimento dependeu fundamentalmente do tipo de relações entre a direcção e a população. O poder popular não pode sair todo feito dos gabinetes dos dirigentes. O poder popular foi construído num processo de relações sociais de tipo

populares, isto é em que as populações participavam activamente nas discussões dos problemas que, directamente afectavam a sua vida.

Essas relações sociais não podem vir do ar. Exigem também actuações concretas, tais como esforços para fazer chegar aos distritos mais remotos os bens necessitados pela população. Não se pode negar que está no poder do Estado de desbloquear esta situação descrita no relatório ou pelo menos de mostrar que está interessado em desbloquear.

As várias campanhas de revitalização não podem constituir uma base certa para o desenvolvimento e o crescimento do poder popular. Ao contrário disso nota-se um crescente cinismo em relação ao Partido e ao Estado. A maior manifestação deste cinismo verifica-se na apatia das populações quanto a actividades directamente ligadas ao processo de mobilização política.

A desagregação em si não constitui necessariamente uma alternativa às aldeias comunais. Não constitui automaticamente uma oposição às orientações do Partido e do Estado; e também não constitui automaticamente o resultado duma conspiração dos donos de terra ou do "poder tradicional". Mas na medida em que estas forças (os donos de terra, feiticeiros, fabricantes de leões) não desapareceram, o vazio provocado pela actuação do Partido e do Estado dar-lhes-a um campo de actuação favorável aos seus interesses.

Nesta situação, não se deve admirar se funcionários do Partido ou do Estado vêm-se obrigados desenvolver relações de "boa vizinhança" com representantes de forças pouco interessadas, a longo prazo, na construção do poder popular.

No entanto, é legítimo ver na desagregação das aldeias comunais uma desagregação do poder popular, e na medida em que está aceite esta ligação, torna-se óbvio que a solução para parar o processo de desagregação das aldeias terá que encarar o problema dentro dum quadro muito mais vasto do que o da desagregação da aldeia. Seria errado reduzir a desagregação das aldeias a manifestações de forças antagonicamente opostas a FRELIMO; embora, numa fase ulterior tais forças podem, na situação actual, encontrar o meio ambiente para eclodir.

Com a transformação do poder popular num conjunto de práticas e de relações de poder que cada vez mais se afastam das práticas e relações testemunhadas durante a Luta Armada, torna-se necessário dar um conteúdo que coincidissem com a definição histórica do poder popular. Se esse conteúdo não é reproduzido crescerá cada vez mais a distância entre a definição do poder popular e a sua aplicação. Tem que insistir também sobre o facto de que a reinstalação do poder popular não se fará só através de resolução dos problemas concretos da população. A questão de fundo do poder popular reside na maneira como se aborda a resolução dos problemas. A maneira de abordar exige uma participação das próprias populações. O princípio de base que sempre tem sido utilizado na história de FRELIMO foi de que só podem resolver os problemas do povo os dirigentes que vivem esses problemas. É a dificuldade tem residido precisamente no facto de que os funcionários do Partido e do Estado não vivem esses problemas ou quando os vivem tem conseguido formas e maneiras de resolver esses problemas para eles.

CEA Relatório no.86/1

Preço: 250,00 NT

Tiragem: 200 exemplares

Exemplar no.: